

Polícia Militar do Estado de São Paulo

PM-SP

Soldado PM de 2ª Classe do Quadro
de Praças de Polícia Militar (QPPM)

A **apostila preparatória** é elaborada antes da publicação do Edital Oficial com base no Edital anterior, para que o aluno antecipe seus estudos.

JH100-2018

DADOS DA OBRA

Título da obra: Polícia Militar do Estado de São Paulo - PM-SP

Cargo: Soldado PM de 2ª Classe do Quadro de Praças de Polícia Militar (QPPM)

Atualizada até 06/2018

- Língua Portuguesa
 - Matemática
 - História Geral
 - História do Brasil
 - Geografia Geral
 - Geografia do Brasil
 - Atualidades
- Noções Básicas de Informática
- Noções de Administração Pública

Autores

Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco
Evelisi Akashi
Jaqueline Lima dos Santos
Ovidio Lopes da Cruz Netto
Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Gestão de Conteúdos

Emanuela Amaral de Souza

Diagramação / Editoração Eletrônica

Elaine Cristina
Igor de Oliveira
Camila Lopes
Thais Regis

Produção Editorial

Suelen Domenica Pereira

Capa

Joel Ferreira dos Santos

SUMÁRIO

Língua Portuguesa

1.- Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários)	01
2. - Sinônimos e antônimos.....	07
3. - Sentido próprio e figurado das palavras.	10
4. - Pontuação.....	14
5. - Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem.	17
6. - Concordância verbal e nominal.....	50
7. - Regência verbal e nominal.....	55
8. - Colocação pronominal.....	62
9. - Crase.	65

Matemática

1. - Números inteiros: operações e propriedades.	01
2. - Números racionais, representação fracionária e decimal: operações e propriedades.	05
3. - Mínimo múltiplo comum.	09
4. - Razão e proporção.	10
5. - Porcentagem.	14
6. - Regra de três simples.....	17
7. - Média aritmética simples.	21
8. - Equação do 1º grau.	23
9. - Sistema de equações do 1º grau.	27
10. - Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade.	28
11. - Relação entre grandezas: tabelas e gráficos.	31
12. - Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, teorema de Pitágoras.	35
13. - Raciocínio lógico.	41
14. - Resolução de situações-problema.....	41

História Geral

1.1. - Primeira Guerra Mundial.....	01
1.2. - O nazifascismo e a Segunda Guerra Mundial.....	04
1.3. - A Guerra Fria.	07
1.4. - Globalização e as políticas neoliberais.	09

História do Brasil

2.1. - A Revolução de 1930 e a Era Vargas.....	01
2.2. - As Constituições Republicanas.	07
2.3. - A estrutura política e os movimentos sociais no período militar.	13
2.4. - A abertura política e a redemocratização do Brasil.....	21

Geografia Geral

3.1. - A nova ordem mundial, o espaço geopolítico e a globalização.....	01
3.2. - Os principais problemas ambientais.....	03

SUMÁRIO

Geografia do Brasil

4.1. - A natureza brasileira (relevo, hidrografia, clima e vegetação).....	01
4.2. - A população: crescimento, distribuição, estrutura e movimentos.....	12
4.3. - As atividades econômicas: industrialização e urbanização, fontes de energia e agropecuária.	23
4.4. - Os impactos ambientais.	47

Atualidades

Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais, nacionais e internacionais, ocorridos a partir do 1º de março de 2017, divulgados na mídia local e/ou nacional.01

Noções Básicas de Informática

MS-Windows 7: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2010.	01
MS-Word 2010: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto.	11
MS-Excel 2010: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados.	11
MS-PowerPoint 2010: estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides.	11
Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos.	39
Internet: Navegação Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas.	39

Noções de Administração Pública

1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	01
1.1. Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; e Capítulo II – Dos Direitos Sociais;	01
1.2. Título III – Da Organização do Estado: Capítulo VII – Da Administração Pública: Seção I – Disposições Gerais; Seção II – Dos Servidores Públicos; e Seção III – Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios....	26
1.3. Título V – Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas: Capítulo III – Da Segurança Pública.....	132
2. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	39
2.1. Título I – Dos Fundamentos do Estado.	39
2.2. Título II – Da Organização e dos Poderes: Capítulo I – Disposições Preliminares; e Capítulo III – Do Poder Executivo.....	39
2.3. Título III – Da Organização do Estado: Capítulo I – Da Administração Pública: Seção I – Disposições Gerais: artigos 111 a 114, e 115 “caput” e incisos I a X, XVIII, XIX, XXIV, XXVI e XXVII; Capítulo II – Dos Servidores Públicos do Estado: Seção I – Dos Servidores Públicos Civis: artigo 124 “caput”, e artigos 125 a 137; Seção II – Dos Servidores Públicos Militares; Capítulo III – Da Segurança Pública: Seção I – Disposições Gerais; Seção III – Da Polícia Militar.	42
2.4. Título VII – Da Ordem Social: Capítulo III – Da Educação, da Cultura e dos Esportes e Lazer: Seção I – Da Educação: artigos 237 a 249 e 251 a 258; Capítulo VII – Da Proteção Especial: Seção I – Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem, do Idoso e dos Portadores de Deficiência.....	50
2.5. Título VIII – Disposições Constitucionais Gerais: artigos 284 a 291.....	52

SUMÁRIO

3. LEI Nº 10.261, de 28 de outubro de 1968 – Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.....	53
4. LEI Nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998 – Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.	82
5. LEI COMPLEMENTAR Nº 893, de 09 de março de 2001 – Institui o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar – RDPM.	92
6. LEI COMPLEMENTAR Nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008 – Institui Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários para os servidores das classes que especifica.....	105
6.1. Capítulo I – Disposição Preliminar.....	105
6.2. Capítulo II – Do Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários: Seção I – Disposições Gerais; Seção II – Do Ingresso; Seção III – Do Estágio Probatório; Seção IV – Da Jornada de Trabalho, dos Vencimentos e das Vantagens Pecuniárias; Seção VII – Da Progressão; Seção VIII – Da Promoção; Seção IX – Da Substituição.....	106
6.3. Capítulo IV – Disposições Finais: artigos 54 a 56.	109
7. LEI FEDERAL Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação; e Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012.....	110

1.- LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS)

Sabemos que a “matéria-prima” da literatura são as palavras. No entanto, é necessário fazer uma distinção entre a linguagem literária e a linguagem não literária, isto é, aquela que não caracteriza a literatura.

Embora um médico faça suas prescrições em determinado idioma, as palavras utilizadas por ele não podem ser consideradas literárias porque se tratam de um vocabulário especializado e de um contexto de uso específico. Agora, quando analisamos a literatura, vemos que o escritor dispensa um cuidado diferente com a linguagem escrita, e que os leitores dispõem uma atenção diferenciada ao que foi produzido.

Outra diferença importante é com relação ao tratamento do conteúdo: ao passo que, nos textos não literários (jornalísticos, científicos, históricos, etc.) as palavras servem para veicular uma série de informações, o texto literário funciona de maneira a chamar a atenção para a própria língua (FARACO & MOURA, 1999) no sentido de explorar vários aspectos como a sonoridade, a estrutura sintática e o sentido das palavras.

Veja abaixo alguns exemplos de expressões na linguagem não literária ou “corriqueira” e um exemplo de uso da mesma expressão, porém, de acordo com alguns escritores, na linguagem literária:

Linguagem não literária:

- 1- Anoitece.
- 2- Teus cabelos loiros brilham.
- 3- Uma nuvem cobriu parte do céu. ...

Linguagem literária:

- 1- A mão da noite embrulha os horizontes. (Alvarenga Peixoto)
- 2- Os clarins de ouro dos teus cabelos cantam na luz! (Mário Quintana)
- 3- um sujo de nuvem emporcalhou o luar em sua nascente. (José Cândido de Carvalho)

Como distinguir, na prática, a linguagem literária da não literária?

- A linguagem literária é conotativa, utiliza figuras (palavras de sentido figurado), em que as palavras adquirem sentidos mais amplos do que geralmente possuem.
- Na linguagem literária há uma preocupação com a escolha e a disposição das palavras, que acabam dando vida e beleza a um texto.
- Na linguagem literária é muito importante a maneira original de apresentar o tema escolhido.

- A linguagem não literária é objetiva, denotativa, preocupa-se em transmitir o conteúdo, utiliza a palavra em seu sentido próprio, utilitário, sem preocupação artística. Geralmente, recorre à ordem direta (sujeito, verbo, complementos).

Leia com atenção os textos a seguir e compare as linguagens utilizadas neles.

Texto A

Amor (ô). [Do lat. amore.] S. m. 1. Sentimento que dispõe alguém a desejar o bem de outrem, ou de alguma coisa: amor ao próximo; amor ao patrimônio artístico de sua terra. 2. Sentimento de dedicação absoluta de um ser a outro ser ou a uma coisa; devoção, culto; adoração: amor à Pátria; amor a uma causa. 3. Inclinação ditada por laços de família: amor filial; amor conjugal. 4. Inclinação forte por pessoa de outro sexo, geralmente de caráter sexual, mas que apresenta grande variedade e comportamentos e reações.

Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Nova Fronteira.

Texto B

Amor é fogo que arde sem se ver;
É ferida que dói e não se sente;
É um contentamento descontente;
É dor que desatina sem doer.

Luís de Camões. Lírica, Cultrix.

Você deve ter notado que os textos tratam do mesmo assunto, porém os autores utilizam linguagens diferentes.

No texto A, o autor preocupou-se em definir “amor”, usando uma linguagem objetiva, científica, sem preocupação artística.

No texto B, o autor trata do mesmo assunto, mas com preocupação literária, artística. De fato, o poeta entra no campo subjetivo, com sua maneira própria de se expressar, utiliza comparações (compara amor com fogo, ferida, contentamento e dor) e serve-se ainda de contrastes que acabam dando graça e força expressiva ao poema (contentamento descontente, dor sem doer, ferida que não se sente, fogo que não se vê).

Questões

- 1-) Leia o trecho do poema abaixo.

O Poeta da Roça

Sou fio das mata, cantô da mão grossa
Trabaio na roça, de inverno e de estio
A minha chupana é tapada de barro
Só fumo cigarro de paia de mio.

Patativa do Assaré

A respeito dele, é possível afirmar que

(A) não pode ser considerado literário, visto que a linguagem aí utilizada não está adequada à norma culta formal.

(B) não pode ser considerado literário, pois nele não se percebe a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

(C) não é um texto consagrado pela crítica literária.

(D) trata-se de um texto literário, porque, no processo criativo da Literatura, o trabalho com a linguagem pode aparecer de várias formas: cômica, lúdica, erótica, popular etc

(E) a pobreza vocabular – palavras erradas – não permite que o consideremos um texto literário.

Leia os fragmentos abaixo para responder às questões que seguem:

TEXTO I

O açúcar

O branco açúcar que adoçará meu café
nesta manhã de Ipanema

não foi produzido por mim

nem surgiu dentro do açucareiro por milagre.

Vejo-o puro

e afável ao paladar

como beijo de moça, água

na pele, flor

que se dissolve na boca. Mas este açúcar

não foi feito por mim.

Este açúcar veio

da mercearia da esquina e tampouco o fez o Oliveira,
dono da mercearia.

Este açúcar veio

de uma usina de açúcar em Pernambuco

ou no Estado do Rio

e tampouco o fez o dono da usina.

Este açúcar era cana

e veio dos canaviais extensos

que não nascem por acaso

no regaço do vale.

Em lugares distantes, onde não há hospital

nem escola,

homens que não sabem ler e morrem de fome
aos 27 anos

plantaram e colheram a cana

que viraria açúcar.

Em usinas escuras,

homens de vida amarga

e dura

produziram este açúcar

branco e puro

com que adoço meu café esta manhã em Ipanema.

Fonte: "O açúcar" (Ferreira Gullar. Toda poesia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, pp.227-228)

TEXTO II

A cana-de-açúcar

Originária da Ásia, a cana-de-açúcar foi introduzida no Brasil pelos colonizadores portugueses no século XVI. A região que durante séculos foi a grande produtora de cana-de-açúcar no Brasil é a Zona da Mata nordestina, onde os férteis solos de massapé, além da menor distância em relação ao mercado europeu, propiciaram condições favoráveis a esse cultivo. Atualmente, o maior produtor nacional de cana-de-açúcar é São Paulo, seguido de Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Além de produzir o açúcar, que em parte é exportado e em parte abastece o mercado interno, a cana serve também para a produção de álcool, importante nos dias atuais como fonte de energia e de bebidas. A imensa expansão dos canaviais no Brasil, especialmente em São Paulo, está ligada ao uso do álcool como combustível.

2-) Para que um texto seja literário:

a) basta somente a correção gramatical; isto é, a expressão verbal segundo as leis lógicas ou naturais.

b) deve prescindir daquilo que não tenha correspondência na realidade palpável e externa.

c) deve fugir do inexato, daquilo que confunda a capacidade de compreensão do leitor.

d) deve assemelhar-se a uma ação de desnudamento. O escritor revela, ao escrever, o mundo, e, em especial, revela o Homem aos outros homens.

e) deve revelar diretamente as coisas do mundo: sentimentos, ideias, ações.

3-) Ainda com relação ao textos I e II, assinale a opção incorreta

a) No texto I, em lugar de apenas informar sobre o real, ou de produzi-lo, a expressão literária é utilizada principalmente como um meio de refletir e recriar a realidade.

b) No texto II, de expressão não literária, o autor informa o leitor sobre a origem da cana-de-açúcar, os lugares onde é produzida, como teve início seu cultivo no Brasil, etc.

c) O texto I parte de uma palavra do domínio comum – açúcar – e vai ampliando seu potencial significativo, explorando recursos formais para estabelecer um paralelo entre o açúcar – branco, doce, puro – e a vida do trabalhador que o produz – dura, amarga, triste.

d) No texto I, a expressão literária desconstrói hábitos de linguagem, baseando sua recriação no aproveitamento de novas formas de dizer.

e) O texto II não é literário porque, diferentemente do literário, parte de um aspecto da realidade, e não da imaginação.

Gabarito

1-) D

2-) D – Esta alternativa está correta, pois ela remete ao caráter reflexivo do autor de um texto literário, ao passo em que ele revela às pessoas o “seu mundo” de maneira peculiar.

3-) E – o texto I também fala da realidade, mas com um cunho diferente do texto II. No primeiro há uma colocação diferenciada por parte do autor em que o objetivo não é unicamente passar informação, existem outros “motivadores” por trás desta escrita.

É muito comum, entre os candidatos a um cargo público, a preocupação com a interpretação de textos. Isso acontece porque lhes faltam informações específicas a respeito desta tarefa constante em provas relacionadas a concursos públicos.

Por isso, vão aqui alguns detalhes que poderão ajudar no momento de responder às questões relacionadas a textos.

Texto – é um conjunto de ideias organizadas e relacionadas entre si, formando um todo significativo capaz de produzir interação comunicativa (capacidade de codificar e decodificar).

Contexto – um texto é constituído por diversas frases. Em cada uma delas, há uma certa informação que a faz ligar-se com a anterior e/ou com a posterior, criando condições para a estruturação do conteúdo a ser transmitido. A essa interligação dá-se o nome de contexto. Nota-se que o relacionamento entre as frases é tão grande que, se uma frase for retirada de seu contexto original e analisada separadamente, poderá ter um significado diferente daquele inicial.

Intertexto - comumente, os textos apresentam referências diretas ou indiretas a outros autores através de citações. Esse tipo de recurso denomina-se intertexto.

Interpretação de texto - o primeiro objetivo de uma interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias, ou fundamentações, as argumentações, ou explicações, que levem ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Normalmente, numa prova, o candidato é convidado a:

1. Identificar – é reconhecer os elementos fundamentais de uma argumentação, de um processo, de uma época (neste caso, procuram-se os verbos e os advérbios, os quais definem o tempo).
2. Comparar – é descobrir as relações de semelhança ou de diferenças entre as situações do texto.
3. Comentar - é relacionar o conteúdo apresentado com uma realidade, opinando a respeito.
4. Resumir – é concentrar as ideias centrais e/ou secundárias em um só parágrafo.
5. Parafrasear – é reescrever o texto com outras palavras.

Condições básicas para interpretar

Fazem-se necessários:

- a) Conhecimento histórico-literário (escolas e gêneros literários, estrutura do texto), leitura e prática;
- b) Conhecimento gramatical, estilístico (qualidades do texto) e semântico;

Observação – na semântica (significado das palavras) incluem-se: homônimos e parônimos, denotação e conotação, sinonímia e antonímia, polissemia, figuras de linguagem, entre outros.

- c) Capacidade de observação e de síntese e
- d) Capacidade de raciocínio.

Interpretar X compreender

Interpretar significa

- explicar, comentar, julgar, tirar conclusões, deduzir.
- Através do texto, infere-se que...
- É possível deduzir que...
- O autor permite concluir que...
- Qual é a intenção do autor ao afirmar que...

Compreender significa

- inteligência, entendimento, atenção ao que realmente está escrito.
- o texto diz que...
- é sugerido pelo autor que...
- de acordo com o texto, é correta ou errada a afirmação...
- o narrador afirma...

Erros de interpretação

É muito comum, mais do que se imagina, a ocorrência de erros de interpretação. Os mais frequentes são:

- a) Extrapolação (viagem)

Ocorre quando se sai do contexto, acrescentado ideias que não estão no texto, quer por conhecimento prévio do tema quer pela imaginação.

- b) Redução

É o oposto da extrapolação. Dá-se atenção apenas a um aspecto, esquecendo que um texto é um conjunto de ideias, o que pode ser insuficiente para o total do entendimento do tema desenvolvido.

- c) Contradição

Não raro, o texto apresenta ideias contrárias às do candidato, fazendo-o tirar conclusões equivocadas e, conseqüentemente, errando a questão.

Observação - Muitos pensam que há a ótica do escritor e a ótica do leitor. Pode ser que existam, mas numa prova de concurso, o que deve ser levado em consideração é o que o autor diz e nada mais.

Coesão - é o emprego de mecanismo de sintaxe que relacionam palavras, orações, frases e/ou parágrafos entre si. Em outras palavras, a coesão dá-se quando, através de um pronome relativo, uma conjunção (NEXOS), ou um pronome oblíquo átono, há uma relação correta entre o que se vai dizer e o que já foi dito.

OBSERVAÇÃO – São muitos os erros de coesão no dia-a-dia e, entre eles, está o mau uso do pronome relativo e do pronome oblíquo átono. Este depende da regência do verbo; aquele do seu antecedente. Não se pode esquecer também de que os pronomes relativos têm, cada um, valor semântico, por isso a necessidade de adequação ao antecedente.

Os pronomes relativos são muito importantes na interpretação de texto, pois seu uso incorreto traz erros de coesão. Assim sendo, deve-se levar em consideração que existe um pronome relativo adequado a cada circunstância, a saber:

- que (neutro) - relaciona-se com qualquer antecedente, mas depende das condições da frase.
- qual (neutro) idem ao anterior.
- quem (pessoa)
- cujo (posse) - antes dele aparece o possuidor e depois o objeto possuído.
- como (modo)
- onde (lugar)
- quando (tempo)
- quanto (montante)

Exemplo:

Falou tudo QUANTO queria (correto)

Falou tudo QUE queria (errado - antes do QUE, deveria aparecer o demonstrativo O).

Dicas para melhorar a interpretação de textos

- Ler todo o texto, procurando ter uma visão geral do assunto;
- Se encontrar palavras desconhecidas, não interrompa a leitura;
- Ler, ler bem, ler profundamente, ou seja, ler o texto pelo menos duas vezes;
- Inferir;
- Voltar ao texto tantas quantas vezes precisar;
- Não permitir que prevaleçam suas ideias sobre as do autor;
- Fragmentar o texto (parágrafos, partes) para melhor compreensão;
- Verificar, com atenção e cuidado, o enunciado de cada questão;
- O autor defende ideias e você deve percebê-las;

Segundo Fiorin:

- Pressupostos – informações implícitas decorrentes necessariamente de palavras ou expressões contidas na frase.
- Subentendidos – insinuações não marcadas claramente na linguagem.
- Pressupostos – verdadeiros ou admitidos como tal.
- Subentendidos – de responsabilidade do ouvinte.

- Falante não pode negar que tenha querido transmitir a informação expressa pelo pressuposto, mas pode negar que tenha desejado transmitir a informação expressa pelo subentendido.

- Negação da informação não nega o pressuposto.
- Pressuposto não verdadeiro – informação explícita absurda.
- Principais marcadores de pressupostos: a) adjetivos; b) verbos; c) advérbios; d) orações adjetivas; e) conjunções.

QUESTÕES

(Agente Estadual de Trânsito – DETRAN - SP – Vunesp/2013)

O uso da bicicleta no Brasil

A utilização da bicicleta como meio de locomoção no Brasil ainda conta com poucos adeptos, em comparação com países como Holanda e Inglaterra, por exemplo, nos quais a bicicleta é um dos principais veículos nas ruas. Apesar disso, cada vez mais pessoas começam a acreditar que a bicicleta é, numa comparação entre todos os meios de transporte, um dos que oferecem mais vantagens.

A bicicleta já pode ser comparada a carros, motocicletas e a outros veículos que, por lei, devem andar na via e jamais na calçada. Bicicletas, triciclos e outras variações são todos considerados veículos, com direito de circulação pelas ruas e prioridade sobre os automotores.

Alguns dos motivos pelos quais as pessoas aderem à bicicleta no dia a dia são: a valorização da sustentabilidade, pois as bikes não emitem gases nocivos ao ambiente, não consomem petróleo e produzem muito menos sucata de metais, plásticos e borracha; a diminuição dos congestionamentos por excesso de veículos motorizados, que atingem principalmente as grandes cidades; o favorecimento da saúde, pois pedalar é um exercício físico muito bom; e a economia no combustível, na manutenção, no seguro e, claro, nos impostos.

No Brasil, está sendo implantado o sistema de compartilhamento de bicicletas. Em Porto Alegre, por exemplo, o BikePOA é um projeto de sustentabilidade da Prefeitura, em parceria com o sistema de Bicicletas SAMBA, com quase um ano de operação. Depois de Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Sorocaba e outras cidades espalhadas pelo país aderirem a esse sistema, mais duas capitais já estão com o projeto pronto em 2013: Recife e Goiânia. A ideia do compartilhamento é semelhante em todas as cidades. Em Porto Alegre, os usuários devem fazer um cadastro pelo site. O valor do passe mensal é R\$10 e o do passe diário, R\$5, podendo-se utilizar o sistema durante todo o dia, das 6h às 22h, nas duas modalidades. Em todas as cidades que já aderiram ao projeto, as bicicletas estão espalhadas em pontos estratégicos.

A cultura do uso da bicicleta como meio de locomoção não está consolidada em nossa sociedade. Muitos ainda não sabem que a bicicleta já é considerada um meio de transporte, ou desconhecem as leis que abrangem a bike. Na confusão de um trânsito caótico numa cidade grande, carros, motocicletas, ônibus e, agora, bicicletas, misturam-se, causando, muitas vezes, discussões e acidentes que poderiam ser evitados.

NÚMEROS INTEIROS: OPERAÇÕES E PROPRIEDADES.

Conjunto dos Números Inteiros – $\mathbb{Z}$

Definimos o conjunto dos números inteiros como a reunião do conjunto dos números naturais ($\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$), o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Este conjunto é denotado pela letra $\mathbb{Z}$ (Zahlen=número em alemão). Este conjunto pode ser escrito por: $\mathbb{Z} = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$

O conjunto dos números inteiros possui alguns subconjuntos notáveis:

- O conjunto dos números inteiros **não nulos**:

$$\mathbb{Z}^* = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 1, 2, 3, 4, \dots\};$$

$$\mathbb{Z}^* = \mathbb{Z} - \{0\}$$

- O conjunto dos números inteiros **não negativos**:

$$\mathbb{Z}_+ = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$$

$\mathbb{Z}_+$ é o próprio conjunto dos números naturais: $\mathbb{Z}_+ = \mathbb{N}$

- O conjunto dos números inteiros **positivos**:

$$\mathbb{Z}_+^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$$

- O conjunto dos números inteiros **não positivos**:

$$\mathbb{Z}_- = \{\dots, -5, -4, -3, -2, -1, 0\}$$

- O conjunto dos números inteiros **negativos**:

$$\mathbb{Z}_-^* = \{\dots, -5, -4, -3, -2, -1\}$$

Módulo: chama-se módulo de um número inteiro a distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| |$.

O módulo de 0 é 0 e indica-se $|0| = 0$

O módulo de +7 é 7 e indica-se $|+7| = 7$

O módulo de -9 é 9 e indica-se $|-9| = 9$

O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

Números Opostos: Dois números inteiros são ditos opostos um do outro quando apresentam soma zero; assim, os pontos que os representam distam igualmente da origem.

Exemplo: O oposto do número 2 é -2, e o oposto de -2 é 2, pois $2 + (-2) = (-2) + 2 = 0$

No geral, dizemos que o oposto, ou simétrico, de a é $-a$, e vice-versa; particularmente o oposto de zero é o próprio zero.

Adição de Números Inteiros

Para melhor entendimento desta operação, associaremos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

Ganhar 5 + ganhar 3 = ganhar 8 $(+5) + (+3) = (+8)$

Perder 3 + perder 4 = perder 7 $(-3) + (-4) = (-7)$

Ganhar 8 + perder 5 = ganhar 3 $(+8) + (-5) = (+3)$

Perder 8 + ganhar 5 = perder 3 $(-8) + (+5) = (-3)$

O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

Propriedades da adição de números inteiros: O conjunto $\mathbb{Z}$ é fechado para a adição, isto é, a soma de dois números inteiros ainda é um número inteiro.

Associativa: Para todos a, b, c em $\mathbb{Z}$:

$$a + (b + c) = (a + b) + c$$

$$2 + (3 + 7) = (2 + 3) + 7$$

Comutativa: Para todos a, b em $\mathbb{Z}$:

$$a + b = b + a$$

$$3 + 7 = 7 + 3$$

Elemento Neutro: Existe 0 em $\mathbb{Z}$, que adicionado a cada z em $\mathbb{Z}$, proporciona o próprio z , isto é:

$$z + 0 = z$$

$$7 + 0 = 7$$

Elemento Oposto: Para todo z em $\mathbb{Z}$, existe $(-z)$ em $\mathbb{Z}$, tal que

$$z + (-z) = 0$$

$$9 + (-9) = 0$$

Subtração de Números Inteiros

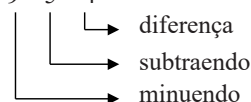
A subtração é empregada quando:

- Precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade;
- Temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra;
- Temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra.

A subtração é a operação inversa da adição.

Observe que: $9 - 5 = 4$

$$4 + 5 = 9$$



Considere as seguintes situações:

1- Na segunda-feira, a temperatura de Monte Sião passou de +3 graus para +6 graus. Qual foi a variação da temperatura?

Esse fato pode ser representado pela subtração: $(+6) - (+3) = +3$

2- Na terça-feira, a temperatura de Monte Sião, durante o dia, era de +6 graus. À Noite, a temperatura baixou de 3 graus. Qual a temperatura registrada na noite de terça-feira?

Esse fato pode ser representado pela adição: $(+6) + (-3) = +3$

Se compararmos as duas igualdades, verificamos que $(+6) - (+3) = +3$ é o mesmo que $(+6) + (-3) = +3$.

Temos:

$$(+6) - (+3) = (+6) + (-3) = +3$$

$$(+3) - (+6) = (+3) + (-6) = -3$$

$$(-6) - (-3) = (-6) + (+3) = -3$$

Daí podemos afirmar: Subtrair dois números inteiros é o mesmo que adicionar o primeiro com o oposto do segundo.

Multiplicação de Números Inteiros

A multiplicação funciona como uma forma simplificada de uma adição quando os números são repetidos. Poderíamos analisar tal situação como o fato de estarmos ganhando repetidamente alguma quantidade, como por exemplo, ganhar 1 objeto por 30 vezes consecutivas, significa ganhar 30 objetos e esta repetição pode ser indicada por um x , isto é: $1 + 1 + 1 \dots + 1 + 1 = 30 \times 1 = 30$

Se trocarmos o número 1 pelo número 2, obteremos: $2 + 2 + 2 + \dots + 2 + 2 = 30 \times 2 = 60$

Se trocarmos o número 2 pelo número -2, obteremos: $(-2) + (-2) + \dots + (-2) = 30 \times (-2) = -60$

Observamos que a multiplicação é um caso particular da adição onde os valores são repetidos.

Na multiplicação o produto dos números a e b , pode ser indicado por $a \times b$, $a \cdot b$ ou ainda ab sem nenhum sinal entre as letras.

Para realizar a multiplicação de números inteiros, devemos obedecer à seguinte regra de sinais:

$$\begin{aligned} (+1) \times (+1) &= (+1) \\ (+1) \times (-1) &= (-1) \\ (-1) \times (+1) &= (-1) \\ (-1) \times (-1) &= (+1) \end{aligned}$$

Com o uso das regras acima, podemos concluir que:

Sinais dos números	Resultado do produto
Iguais	Positivo
Diferentes	Negativo

Propriedades da multiplicação de números inteiros: O conjunto Z é fechado para a multiplicação, isto é, a multiplicação de dois números inteiros ainda é um número inteiro.

Associativa: Para todos a, b, c em Z :

$$\begin{aligned} a \times (b \times c) &= (a \times b) \times c \\ 2 \times (3 \times 7) &= (2 \times 3) \times 7 \end{aligned}$$

Comutativa: Para todos a, b em Z :

$$\begin{aligned} a \times b &= b \times a \\ 3 \times 7 &= 7 \times 3 \end{aligned}$$

Elemento neutro: Existe 1 em Z , que multiplicado por todo z em Z , proporciona o próprio z , isto é:

$$\begin{aligned} z \times 1 &= z \\ 7 \times 1 &= 7 \end{aligned}$$

Elemento inverso: Para todo inteiro z diferente de zero, existe um inverso $z^{-1} = 1/z$ em Z , tal que

$$\begin{aligned} z \times z^{-1} &= z \times (1/z) = 1 \\ 9 \times 9^{-1} &= 9 \times (1/9) = 1 \end{aligned}$$

Distributiva: Para todos a, b, c em Z :

$$\begin{aligned} a \times (b + c) &= (a \times b) + (a \times c) \\ 3 \times (4 + 5) &= (3 \times 4) + (3 \times 5) \end{aligned}$$

Divisão de Números Inteiros

Dividendo $\div$ divisor = quociente
 Divisor $\times$ quociente = dividendo
 Quociente $\times$ divisor = dividendo

Sabemos que na divisão exata dos números naturais:

$$\begin{aligned} 40 : 5 &= 8, \text{ pois } 5 \cdot 8 = 40 \\ 36 : 9 &= 4, \text{ pois } 9 \cdot 4 = 36 \end{aligned}$$

Vamos aplicar esses conhecimentos para estudar a divisão exata de números inteiros. Veja o cálculo:

$$(-20) : (+5) = q \Rightarrow (+5) \cdot q = (-20) \Rightarrow q = (-4)$$

$$\text{Logo: } (-20) : (+5) = -4$$

Considerando os exemplos dados, concluímos que, para efetuar a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor. Daí:

- Quando o dividendo e o divisor têm o mesmo sinal, o quociente é um número inteiro positivo.

- Quando o dividendo e o divisor têm sinais diferentes, o quociente é um número inteiro negativo.

- A divisão nem sempre pode ser realizada no conjunto Z . Por exemplo, $(+7) : (-2)$ ou $(-19) : (-5)$ são divisões que não podem ser realizadas em Z , pois o resultado não é um número inteiro.

- No conjunto Z , a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.

1- Não existe divisão por zero.

Exemplo: $(-15) : 0$ não tem significado, pois não existe um número inteiro cujo produto por zero seja igual a -15.

2- Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

$$\text{Exemplos: } a) 0 : (-10) = 0 \quad b) 0 : (+6) = 0 \quad c) 0 : (-1) = 0$$

Potenciação de Números Inteiros

A potência a^n do número inteiro a , é definida como um produto de n fatores iguais. O número a é denominado a *base* e o número n é o *expoente*.

$$a^n = a \times a \times a \times a \times \dots \times a$$

a é multiplicado por a n vezes

Exemplos:

$$\begin{aligned} 3^3 &= (3) \times (3) \times (3) = 27 \\ (-5)^5 &= (-5) \times (-5) \times (-5) \times (-5) \times (-5) = -3125 \\ (-7)^2 &= (-7) \times (-7) = 49 \\ (+9)^2 &= (+9) \times (+9) = 81 \end{aligned}$$

- Toda potência de **base positiva** é um número **inteiro positivo**.

$$\text{Exemplo: } (+3)^2 = (+3) \cdot (+3) = +9$$

- Toda potência de **base negativa** e **expoente par** é um número **inteiro positivo**.

Exemplo: $(-8)^2 = (-8) \cdot (-8) = +64$

- Toda potência de **base negativa** e **expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

Exemplo: $(-5)^3 = (-5) \cdot (-5) \cdot (-5) = -125$

Propriedades da Potenciação:

Produtos de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e somam-se os expoentes. $(-7)^3 \cdot (-7)^6 = (-7)^{3+6} = (-7)^9$

Quocientes de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes. $(+13)^8 : (+13)^6 = (+13)^{8-6} = (+13)^2$

Potência de Potência: Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes. $[(+4)^5]^2 = (+4)^{5 \cdot 2} = (+4)^{10}$

Potência de expoente 1: É sempre igual à base. $(+9)^1 = +9$ $(-13)^1 = -13$

Potência de expoente zero e base diferente de zero: É igual a 1. Exemplo: $(+14)^0 = 1$ $(-35)^0 = 1$

Radiciação de Números Inteiros

A raiz n -ésima (de ordem n) de um número inteiro a é a operação que resulta em outro número inteiro *não negativo* b que elevado à potência n fornece o número a . O número n é o índice da raiz enquanto que o número a é o radicando (que fica sob o sinal do radical).

A raiz quadrada (de ordem 2) de um número inteiro a é a operação que resulta em outro número inteiro *não negativo* que elevado ao quadrado coincide com o número a .

Observação: Não existe a raiz quadrada de um número inteiro negativo no conjunto dos números inteiros.

Erro comum: Frequentemente lemos em materiais didáticos e até mesmo ocorre em algumas aulas aparecimento de:

$$\sqrt{9} = \pm 3$$

mas isto está errado. O certo é:

$$\sqrt{9} = +3$$

Observamos que não existe um número inteiro não negativo que multiplicado por ele mesmo resulte em um número negativo.

A raiz cúbica (de ordem 3) de um número inteiro a é a operação que resulta em outro número inteiro que elevado ao cubo seja igual ao número a . Aqui não restringimos os nossos cálculos somente aos números não negativos.

Exemplos

(a) $\sqrt[3]{8} = 2$, pois $2^3 = 8$.

(b) $\sqrt[3]{-8} = -2$, pois $(-2)^3 = -8$.

(c) $\sqrt[3]{27} = 3$, pois $3^3 = 27$.

(d) $\sqrt[3]{-27} = -3$, pois $(-3)^3 = -27$.

Observação: Ao obedecer à regra dos sinais para o produto de números inteiros, concluímos que:

(a) Se o índice da raiz for par, não existe raiz de número inteiro negativo.

(b) Se o índice da raiz for ímpar, é possível extrair a raiz de qualquer número inteiro.

Exercícios

1. Qual é o maior quadrado perfeito que se escreve com dois algarismos?

2. Um número inteiro é expresso por $(53 - 38 + 40) - 51 + (90 - 7 + 82) + 101$. Qual é esse número inteiro?

3. Calcule:

a) $(+12) + (-40)$

b) $(+12) - (-40)$

c) $(+5) + (-16) - (+9) - (-20)$

d) $(-3) - (-6) - (+4) + (-2) + (-15)$

4. Determine o valor de x de modo a tornar as sentenças verdadeiras:

a) $x + (-12) = -5$

b) $x + (+9) = 0$

c) $x - (-2) = 6$

d) $x + (-9) = -12$

e) $-32 + x = -50$

f) $0 - x = 8$

5. Qual a diferença prevista entre as temperaturas no Piauí e no Rio Grande do Sul, num determinado dia, segundo as informações?

Tempo no Brasil: Instável a ensolarado no Sul.

Mínima prevista -3° no Rio Grande do Sul.

Máxima prevista 37° no Piauí.

6. Qual é o produto de três números inteiros consecutivos em que o maior deles é -10 ?

7. Três números inteiros são consecutivos e o menor deles é $+99$. Determine o produto desses três números.

8. Copie as igualdades substituindo o x por números inteiros de modo que elas se mantenham:

a) $(-140) : x = -20$

b) $144 : x = -4$

c) $(-147) : x = +21$

d) $x : (+13) = +12$

e) $x : (-93) = +45$

f) $x : (-12) = -36$

9. Adicionando -846 a um número inteiro e multiplicando a soma por -3, obtém-se +324. Que número é esse?

10. Numa adição com duas parcelas, se somarmos 8 à primeira parcela, e subtrairmos 5 da segunda parcela, o que ocorrerá com o total?

Respostas

1) Resposta "92".

Solução: Basta identificar os quadrados perfeitos.

Os números quadrados perfeitos são:

$$1^2 = 1 \text{ (menor que dois algarismos)}$$

$$2^2 = 4$$

$$3^2 = 9$$

$$4^2 = 16 \text{ (dois algarismos)}$$

$$5^2 = 25$$

$$6^2 = 36$$

$$7^2 = 49$$

$$8^2 = 64$$

$$9^2 = 81$$

$$10^2 = 100 \text{ (mais que dois algarismos)}$$

Logo, o maior quadrado perfeito é o $9^2 = 81$

2) Resposta "270".

Solução:

$$(53 - 38 + 40) - 51 + (90 - 7 + 82) + 101$$

$$55 - 51 + 165 + 101 = 270$$

Portanto, o número inteiro é 270.

3) Solução:

$$a) (+12) + (-40) = 12 - 40 = -28$$

$$b) (+12) - (-40) = 12 + 40 = 52$$

$$c) (+5) + (-16) - (+9) - (-20) = +5 - 16 - 9 + 20 = 25 - 25 = 0$$

$$d) (-3) - (-6) - (+4) + (-2) + (-15) = -3 + 6 - 4 - 2 - 15 = 6 - 24 = -18$$

4) Solução:

$$a) x + (-12) = -5 \rightarrow x = -5 + 12 \rightarrow x = 7$$

$$b) x + (+9) = 0 \rightarrow x = -9$$

$$c) x - (-2) = 6 \rightarrow x = 6 - 2 \rightarrow x = 4$$

$$d) x + (-9) = -12 \rightarrow x = -12 + 9 \rightarrow x = -3$$

$$e) -32 + x = -50 \rightarrow x = -50 + 32 \rightarrow x = -18$$

$$f) 0 - x = 8 \rightarrow x = -8$$

5) Resposta "40°".

Solução:

A diferença está entre -3° e $+37^\circ$. Se formos ver... -3° , -2° , -1° , 0° , 1° , 2° , 3° , 4° , 5° , 6° , 7° ... será $+40^\circ$.

6) Resposta "-1320".

Solução:

$$(x) \cdot (x+1) \cdot (x+2) = ?$$

$$x+2 = -10$$

$$x = -10 - 2$$

$$x = -12$$

$$(-12) \cdot (-12+1) \cdot (-12+2) =$$

$$-12 \cdot -11 \cdot -10 = -1320$$

7) Resposta "999900".

Solução:

$$(x) \cdot (x+1) \cdot (x+2) = ?$$

$$x = 99$$

$$(99) \cdot (99+1) \cdot (99+2) =$$

$$99 \cdot 100 \cdot 101 = 999900$$

8) Solução:

$$a) (-140) : x = -20$$

$$-20x = -140$$

$$x = 7$$

$$b) 144 : x = -4$$

$$-4x = 144$$

$$x = -36$$

$$c) (-147) : x = +21$$

$$21x = -147$$

$$x = -7$$

$$d) x : (+13) = +12$$

$$x = 12 \cdot 13$$

$$x = 156$$

$$e) x : (-93) = +45$$

$$x = 45 \cdot -93$$

$$x = -4185$$

$$f) x : (-12) = -36$$

$$x = -36 \cdot -12$$

$$x = 432$$

9) Resposta "738".

Solução:

$$x + (-846) \cdot -3 = 324$$

$$x - 846 \cdot -3 = 324$$

$$-3(x - 846) = 324$$

$$-3x + 2538 = 324$$

$$3x = 2538 - 324$$

$$3x = 2214$$

$$x = \frac{2214}{3}$$

$$x = 738$$

10) Resposta "3".

Solução: Seja t o total da adição inicial.

Ao somarmos 8 a uma parcela qualquer, o total é acrescido de 8 unidades: $t + 8$

Ao subtrairmos 5 de uma parcela qualquer, o total é reduzido de 5 unidades: Temos:

$$t + 8 - 5 = t + 3$$

Portanto o total ficará acrescido de 3 unidades.

1. PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL.

A Primeira Guerra Mundial foi uma guerra global centrada na Europa, que começou em 28 de julho de 1914 e durou até 11 de novembro de 1918. O conflito envolveu as grandes potências de todo o mundo, que organizaram-se em duas alianças opostas: os Aliados (com base na Tríplice Entente entre Reino Unido, França e Império Russo) e os Impérios Centrais (originalmente Tríplice Aliança entre Império Alemão, Áustria-Hungria e Itália; mas como a Áustria-Hungria tinha tomado a ofensiva contra o acordo, a Itália não entrou em guerra). Estas alianças reorganizaram-se (a Itália lutou pelos Aliados) e expandiram-se em mais nações que entraram na guerra. Em última análise, mais de 70 milhões de militares, incluindo 60 milhões de europeus, foram mobilizados em uma das maiores guerras da história. Mais de 9 milhões de combatentes foram mortos, em grande parte por causa de avanços tecnológicos que determinaram um crescimento enorme na letalidade de armas, mas sem melhorias correspondentes em proteção ou mobilidade. Foi o sexto conflito mais mortal na história da humanidade e que posteriormente abriu caminho para várias mudanças políticas, como revoluções em muitas das nações envolvidas.

Entre as causas da guerra inclui-se as políticas imperialistas estrangeiras das grandes potências da Europa, como o Império Alemão, o Império Austro-Húngaro, o Império Otomano, o Império Russo, o Império Britânico, a Terceira República Francesa e a Itália. Em 28 de junho de 1914, o assassinato do arquiduque Francisco Fernando da Áustria, o herdeiro do trono da Áustria-Hungria, pelo nacionalista iugoslavo Gavrilo Princip, em Sarajevo, na Bósnia, foi o gatilho imediato da guerra, o que resultou em um ultimato Habsburgo contra o Reino da Sérvia. Diversas alianças formadas ao longo das décadas anteriores foram invocadas, assim, dentro de algumas semanas, as grandes potências estavam em guerra; através de suas colônias, o conflito logo se espalhou ao redor do planeta.

Em 28 de julho, o conflito iniciou-se com a invasão austro-húngara da Sérvia, seguida pela invasão alemã da Bélgica, Luxemburgo e França, e um ataque russo contra a Alemanha. Depois da marcha alemã em Paris ter levado a um impasse, a Frente Ocidental estabeleceu-se em uma batalha de atrito estático com uma linha de trincheiras que pouco mudou até 1917. Na Frente Oriental, o exército russo lutou com sucesso contra as forças austro-húngaras, mas foi forçado a recuar da Prússia Oriental e da Polónia pelo exército alemão. Frentes de batalha adicionais abriram-se depois que o Império Otomano entrou na guerra em 1914, Itália e Bulgária em 1915 e a Romênia em 1916. O Império Russo entrou em colapso em março de 1917 e a Rússia deixou a guerra após a Revolução de Outubro, mais tarde naquele ano. Depois de uma ofensiva alemã em 1918 ao longo da Frente Ocidental, os Aliados forçaram o recuo dos exércitos alemães em uma série de ofensivas de suces-

so e as forças dos Estados Unidos começaram a entrar nas trincheiras. A Alemanha, que teve o seu próprio problema com os revolucionários, neste ponto, concordou com um cessar-fogo em 11 de novembro de 1918, episódio mais tarde conhecido como Dia do Armistício. A guerra terminou com a vitória dos Aliados.

Eventos nos conflitos locais eram tão tumultuados quanto nas grandes frentes de batalha, e os participantes tentaram mobilizar a sua mão de obra e recursos econômicos para lutar uma guerra total. Até o final da guerra, quatro grandes potências imperiais — os impérios Alemão, Russo, Austro-Húngaro e Otomano — deixaram de existir. Os Estados sucessores dos dois primeiros perderam uma grande quantidade de seu território, enquanto os dois últimos foram completamente desmontados. O mapa da Europa central foi redesenhado em vários países menores. A Liga das Nações (organização precursora das Nações Unidas) foi formada na esperança de evitar outro conflito dessa magnitude. Há consenso de que o nacionalismo europeu provocado pela guerra, a separação dos impérios, as repercussões da derrota da Alemanha e os problemas com o Tratado de Versalhes foram fatores que contribuíram para o início da Segunda Guerra Mundial.

Antecedentes

No século XIX, as grandes potências europeias tinham percorrido um longo caminho para manter o equilíbrio de poder em toda a Europa, resultando na existência de uma complexa rede de alianças políticas e militares em todo o continente por volta de 1900. Estes começaram em 1815, com a Santa Aliança entre Reino da Prússia, Império Russo e Império Austríaco. Então, em outubro de 1873, o chanceler alemão Otto von Bismarck negociou a Liga dos Três Imperadores entre os monarcas da Áustria-Hungria, Rússia e Alemanha. Este acordo falhou porque a Áustria-Hungria e a Rússia tinham interesses conflitantes nos Bálcãs, o que fez com que a Alemanha e Áustria-Hungria formassem uma aliança em 1879, chamada de Aliança Dua. Isto foi visto como uma forma de combater a influência russa nos Bálcãs, enquanto o Império Otomano continuava a se enfraquecer. Em 1882, esta aliança foi ampliada para incluir a Itália no que se tornou a Tríplice Aliança.

Depois de 1870, um conflito europeu foi evitado em grande parte através de uma rede de tratados cuidadosamente planejada entre o Império Alemão e o resto da Europa e orquestrada por Bismarck. Ele trabalhou especialmente para manter a Rússia ao lado da Alemanha, para evitar uma guerra de duas frentes com a França e a Rússia. Quando Guilherme II subiu ao trono como imperador alemão (kaiser), Bismarck foi obrigado a se aposentar e seu sistema de alianças foi gradualmente enfatizado. Por exemplo, o kaiser se recusou a renovar o Tratado de Resseguro com a Rússia em 1890. Dois anos mais tarde, a Aliança Franco-Russa foi assinada para contrabalançar a força da Tríplice Aliança. Em 1904, o Reino Unido assinou uma série de acordos com a França, a Entente Cordiale, e em 1907, o Reino Unido e a Rússia assinaram a Convenção

Anglo-Russa. Embora estes acordos não tenham aliado o Reino Unido com a França ou a Rússia formalmente, eles fizeram a entrada britânica em qualquer conflito futuro envolvendo a França ou a Rússia e o sistema de intertravamento dos acordos bilaterais se tornou conhecido como a Tríplice Entente.

O poder industrial e econômico dos alemães havia crescido muito depois da unificação e da fundação do império em 1871. Desde meados da metade dos anos 1890, o governo de Guilherme II usou essa base para dedicar significativos recursos econômicos para a edificação do Kaiserliche Marine, criada pelo almirante Alfred von Tirpitz, em rivalidade com a Marinha Real Britânica na supremacia naval mundial. Como resultado, cada nação se esforçou construir o outro em termos de navios importantes. Com o lançamento do HMS Dreadnought em 1906, o Império Britânico expandiu a sua vantagem sobre seu rival alemão. A corrida armamentista entre Reino Unido e Alemanha, eventualmente ampliada ao resto da Europa, com todas as grandes potências dedicando a sua base industrial para produzir o equipamento e as armas necessárias para um conflito pan-europeu. Entre 1908 e 1913, os gastos militares das potências europeias aumentou em 50%.

A Áustria-Hungria precipitou a crise Bósnia de 1908-1909 por anexar oficialmente o antigo território otomano da Bósnia e Herzegovina, que ocupava desde 1878. Isto irritou o Reino da Sérvia e seu patrono, o pan-eslavo e ortodoxo Império Russo. A manobra política russa na região desestabilizou os acordos de paz, que já estavam enfraquecidos, no que ficou conhecido como "o barril de pólvora da Europa".

Em 1912 e 1913, a Primeira Guerra Balcânica foi travada entre a Liga Balcânica e o fragmentado Império Otomano. O Tratado de Londres resultante ainda encolheu o Império Otomano, com a criação de um Estado independente albanês, enquanto ampliou as explorações territoriais da Bulgária, Sérvia, Montenegro e Grécia. Quando a Bulgária atacou a Sérvia e a Grécia em 16 de junho de 1913, ela perdeu a maior parte da Macedônia à Sérvia e Grécia e Dobruja do Sul para a Romênia durante a Segunda Guerra Balcânica, desestabilizando ainda mais a região.

Crise de Julho

Em 28 de junho de 1914, Gavrilo Princip, um estudante sérvio-bósnio e membro da Jovem Bósnia, assassinou o herdeiro do trono austro-húngaro, o arquiduque Francisco Fernando da Áustria, em Sarajevo, na Bósnia. Isto iniciou um mês de manobras diplomáticas entre Áustria-Hungria, Alemanha, Rússia, França e Reino Unido, no que ficou conhecido como a Crise de Julho. Querendo finalmente acabar com a interferência sérvia na Bósnia — a Mão Negra tinha fornecido bombas e pistolas, treinamento e ajuda a Princip e seu grupo para atravessar a fronteira e os austríacos estavam corretos para acreditar que os oficiais e funcionários sérvios estavam envolvidos — a Áustria-Hungria entregou o Ultimato de Julho para a Sérvia, uma série de dez reivindicações criadas, inten-

cionalmente, para serem inaceitáveis, com a intenção de provocar uma guerra com a Sérvia. Quando a Sérvia concordou com apenas oito das dez reivindicações, a Áustria-Hungria declarou guerra ao país em 28 julho de 1914. Hew Strachan argumenta que "se uma resposta equivocada e precipitada da Sérvia teria feito alguma diferença para o comportamento da Áustria-Hungria é algo duvidoso. Francisco Fernando não era o tipo de personalidade que comandava a popularidade e sua morte não lançou o império em profundo luto".

O Império Russo, disposto a permitir que a Áustria-Hungria eliminasse a sua influência nos Balcãs e em apoio aos seus sérvios protegidos de longa data, ordenou uma mobilização parcial um dia depois. O Império Alemão mobilizou-se em 30 de julho de 1914, pronto para aplicar o "Plano Schlieffen", que planejava uma invasão rápida e massiva à França para eliminar o exército francês e, em seguida, virar a leste contra a Rússia. O gabinete francês resistiu à pressão militar para iniciar a mobilização imediata e ordenou que suas tropas recuassem 10 km da fronteira, para evitar qualquer incidente. A França só se mobilizou na noite de 2 de agosto, quando a Alemanha invadiu a Bélgica e atacou tropas francesas. O Império Alemão declarou guerra à Rússia no mesmo dia. O Reino Unido declarou guerra à Alemanha em 4 de agosto de 1914, após uma "resposta insatisfatória" para o ultimato britânico de que a Bélgica deveria ser mantida neutra.

A Guerra

A crise de julho e as declarações de guerra

Após o assassinato do arquiduque Francisco Fernando em 28 de junho, o Império Austro-Húngaro esperou três semanas antes de decidir tomar um curso de ação. Essa espera foi devida ao fato de que grande parte do efetivo militar estava na ajuda a colheita, o que impossibilitava a ação militar naquele período. Em 23 de julho, graças ao apoio incondicional alemão (carta branca) ao Império Austro-Húngaro se a guerra eclodisse, o Ultimato de julho foi mandado à Sérvia, e que continha várias requisições, entre elas a que agentes austríacos fariam parte das investigações, e que a Sérvia seria a culpada pelo atentado. O governo sérvio aceitou todos os termos do ultimato, com exceção da participação de agentes austríacos, o que na opinião sérvia constituía uma violação de sua soberania.

Por causa desse termo, rejeitado em resposta sérvia em 26 de julho, o Império Austro-Húngaro cortou todas as relações diplomáticas com o país e declarou guerra ao mesmo em 28 de Julho, começando o bombardeio a Belgrado (capital sérvia) em 29 de Julho. No dia seguinte, o Império Russo, que sempre tinha sido aliado da Sérvia, deu a ordem de locomoção a suas tropas.

O Império Alemão, que tinha garantido apoio ao Império Austro-Húngaro no caso de uma eventual guerra mandaram um ultimato ao governo do Império Russo para parar a mobilização de tropas dentro de 12 horas, no dia 31. No primeiro dia de agosto o ultimato tinha

expirado sem qualquer reação russa. A Alemanha então declarou-lhe guerra. Em 2 de agosto a Alemanha ocupou Luxemburgo, como o passo inicial da invasão à Bélgica e do Plano Schlieffen (estratégia de defesa alemã que previa a invasão da França, Inglaterra e Rússia). A Alemanha tinha enviado outro ultimato, desta vez à Bélgica, requisitando a livre passagem do exército alemão rumo à França. Como tal pedido foi recusado, foi declarada guerra a Bélgica.

Em 3 de agosto, a Alemanha declarou guerra à França, e no dia seguinte invadiu a Bélgica. Tal ato, violando a soberania belga - que Grã-Bretanha, França e a própria Alemanha estavam comprometidos a garantir - fez com que o Império Britânico saísse da sua posição neutra e declarasse guerra à Alemanha em 4 de Agosto.

O início dos confrontos

Algumas das primeiras hostilidades de guerra ocorreram no continente africano e no oceano Pacífico, nas colônias e territórios das nações europeias. Em Agosto de 1914, um combinado da França e do Império Britânico invadiu o protetorado alemão da Togoland, no Togo. Pouco depois, em 10 de Agosto, as forças alemãs baseadas na Namíbia atacaram a África do Sul, que pertencia ao Império Britânico. Em 30 de Agosto a Nova Zelândia invadiu a Samoa, da Alemanha; em 11 de Setembro a Força Naval e Expedicionária Australiana desembarcou na ilha de Neu Pommern (mais tarde renomeada Nova Bretanha), que fazia parte da chamada Nova Guiné Alemã. O Japão invadiu as colônias micronésias e o porto alemão de abastecimento de carvão de Qingdao na península chinesa de Shandong. Com isso, em poucos meses, a Tríplice Entente tinha dominado todos os territórios alemães no Pacífico. Batalhas esporádicas, porém, ainda ocorriam na África.

Na Europa, o Império Alemão e o Império Austro-Húngaro sofriam de uma mútua falta de comunicação e desconhecimento dos planos de cada exército. A Alemanha tinha garantido o apoio à invasão austro-húngara à Sérvia, mas a interpretação prática para cada um dos lados tinha sido diferente. Os líderes austro-húngaros acreditavam que a Alemanha daria cobertura ao flanco setentrional contra a Rússia. A Alemanha, porém, tinha planejado que o Império Austro-Húngaro focasse a maioria de suas tropas na luta contra a Rússia enquanto combatia a França na Frente Ocidental. Tal confusão forçou o exército Austro-Húngaro a dividir suas tropas. Mais da metade das tropas foi combater os russos na fronteira, enquanto um pequeno grupo foi deslocado para invadir e conquistar a Sérvia.

A batalha da Sérvia

O exército sérvio submeteu-se a uma estratégia defensiva para conter os invasores austro-húngaros, o que culminou na Batalha de Cer. Os sérvios ocuparam posições defensivas no lado sul do rio Drina. Nas duas primeiras semanas os ataques austro-húngaros foram repelidos causando grandes perdas ao exército das Potências Centrais. Essa foi a primeira grande vitória da Tríplice Entente na

guerra. As expectativas austro-húngaras de uma vitória fácil e rápida não foram realizadas e como resultado o Império Austro-Húngaro foi obrigado a manter uma grande força na fronteira sérvia, enfraquecendo as tropas que batalhavam contra a Rússia na Frente Oriental.

Exército alemão na Bélgica e França

Após invadir o território belga, o exército alemão logo encontrou resistência na fortificada cidade de Liège. Apesar do exército ter continuado a rápida marcha rumo à França, a invasão germânica tinha provocado a decisão britânica de intervir em ajuda a Tríplice Entente. Como signatário do Tratado de Londres, o Império Britânico estava comprometido a preservar a soberania belga. Para a Grã-Bretanha os portos de Antuérpia e Ostende eram importantes demais para cair nas mãos de uma potência continental hostil ao país. Para tanto, enviou um exército para a Bélgica, atrasando o avanço alemão.

Inicialmente os mesmos tiveram uma grande vitória na Batalha das Fronteiras (14 de agosto a 24 de agosto de 1914). A Rússia, porém, atacou a Prússia Oriental, o que obrigou o deslocamento das tropas alemãs que estavam planejadas para ir a Frente Ocidental. A Alemanha derrotou a Rússia em uma série de confrontos chamados da Segunda Batalha de Tannenberg (17 de agosto a 2 de setembro de 1914). O deslocamento imprevisto para combater os russos, porém, acabou permitindo uma contraofensiva em conjunto das forças francesas e inglesas, que conseguiram parar os alemães em seu caminho para Paris, na Primeira Batalha do Marne (Setembro de 1914), forçando o exército alemão a lutar em duas frentes. O mesmo se postou numa posição defensiva dentro da França e conseguiu incapacitar permanentemente 230.000 franceses e britânicos.

A guerra das trincheiras

Os avanços na tecnologia militar significaram na prática um poder de fogo defensivo mais poderoso que as capacidades ofensivas, tornando a guerra extremamente mortífera. O arame farpado era um constante obstáculo para os avanços da infantaria; a artilharia, muito mais letal que no século XIX, armada com poderosas metralhadoras. Os alemães começaram a usar gás tóxico em 1915, e logo depois, ambos os lados usavam da mesma estratégia. Nenhum dos lados ganhou a guerra pelo uso de tal artifício, mas eles tornaram a vida nas trincheiras ainda mais miserável tornando-se um dos mais temidos e lembrados horrores de guerra.

Numa nota curiosa, temos que no início da guerra, chegando a primeira época natalícia, se encontram relatos de os soldados de ambos os lados cessarem as hostilidades e mesmo saírem das trincheiras e cumprimentarem-se (trégua de Natal). Isto ocorreu sem o consentimento do comando, no entanto, foi um evento único. Não se repetiu posteriormente por diversas razões: o número demasiado

elevado de baixas aumentou os sentimentos de ódio dos soldados e o comando, dados os acontecimentos do primeiro ano, tentou usar esta altura para fazer propaganda, o que levou os soldados a desconfiar ainda mais uns dos outros.

A alimentação era sobretudo à base de carne, vegetais enlatados e biscoitos, sendo os alimentos frescos uma raridade.

Fim da Guerra

A partir de 1917, a situação começou a alterar-se, quer com a entrada em cena de novos meios, como o carro de combate e a aviação militar, quer com a chegada ao teatro de operações europeu das forças norte-americanas ou a substituição de comandantes por outros com nova visão da guerra e das táticas e estratégias mais adequadas; lançam-se, de um lado e de outro, grandes ofensivas, que causam profundas alterações no desenho da frente, acabando por colocar as tropas alemãs na defensiva e levando por fim à sua derrota. É verdade que a Alemanha adquire ainda algum fôlego quando a revolução estala no Império Russo e o governo bolchevista, chefiado por Lênin, prontamente assina a paz sem condições, (Tratado de Brest-Litovski) assim anulando a frente leste, mas essa circunstância não será suficiente para evitar a derrota. O armistício que pôs fim à guerra foi assinado a 11 de novembro de 1918.

Brasil

O nono presidente do Brasil, Venceslau Brás, declara guerra aos Poderes Centrais. Ao seu lado, o ministro interino das Relações Exteriores Nilo Peçanha (em pé) e o presidente de Minas Gerais, Delfim Moreira (sentado). No Brasil, o confronto foi conhecido popularmente, até a Segunda Guerra Mundial, como a "Guerra de 14", em alusão a 1914. No dia 5 de abril de 1917, o vapor brasileiro "Paraná", que navegava de acordo com as exigências feitas a países neutros, foi torpedeado, supostamente por um submarino alemão. No dia 11 de abril o Brasil rompeu relações diplomáticas com os países do bloco liderado pela Alemanha. Em 20 de maio, o navio "Tijuca" foi torpedeado perto da costa francesa. Nos meses seguintes, o governo Brasileiro confiscou 42 navios alemães, austro-húngaros e turco-otomanos que estavam em portos brasileiros, como uma indenização de guerra.

No dia 23 de outubro de 1917, o cargueiro nacional "Macau", um dos navios arrestados, foi torpedeado por um submarino alemão, perto da costa da Espanha, e seu comandante feito prisioneiro. Com a pressão popular contra a Alemanha, no dia 26 de outubro de 1917, o país declarou guerra aos Poderes Centrais.

A partir deste momento, por um lado, sob a liderança de políticos como Ruy Barbosa, recrudesceram agitações de caráter nacionalista, com comícios exigindo a "imperiosa necessidade de se apoiar os Aliados com ações" para por fim ao conflito. Por outro lado, sindicalistas,

anarquistas e intelectuais como Monteiro Lobato criticavam essa postura e a possibilidade de grande convocação militar, pois segundo estes, entre outros efeitos negativos isto desviava a atenção do país em relação a seus problemas internos.

Assim, devido a várias razões, de conflitos internos à falta de uma estrutura militar adequada, a participação militar do Brasil no conflito foi muito pequena; resumindo-se no envio ao front ocidental em 1918 de um grupo de aviadores (do Exército e da Marinha) que foram integrados à Força Aérea Real Britânica, e de um corpo médico-militar composto por oficiais e sargentos do exército, que foram integrados ao exército francês, tendo seus membros tanto prestado serviços na retaguarda, como participado de combates no front. À Marinha coube a maior participação militar brasileira no conflito, com o envio de uma esquadra naval com a incumbência de patrulhar a costa noroeste da África a partir de Dakar, e o Mediterrâneo desde o estreito de Gibraltar, evitando a ação de submarinos inimigos.

2. O NAZI-FASCISMO E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.

Nazifascismo - é um termo de conjunção entre o fascismo italiano, doutrina totalitária desenvolvida por Benito Mussolini a partir de 1919 e o nazismo alemão, em muitos aspectos emulando a primeira, que, embora tendo nascido em 1920, é amplamente utilizado na Alemanha Nazi apenas uma década mais tarde sob regime de Adolf Hitler e do Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores.

Fascismo e Nazismo

Os termos fascismo e nazismo são usados como sinônimos. O nazismo é geralmente considerado como uma forma de fascismo, mas o nazismo, em contraste viu o objetivo do estado no serviço de um ideal daquilo que o estado supostamente deveria ser: as suas pessoas, raças, e a engenharia social destes aspectos da cultura com o fim último de uma maior prosperidade possível para eles **às custas** de todos os outros. O fascismo de Mussolini continuou fiel à ideologia de que todos estes fatores existiam para servir o estado e que não era necessariamente no interesse do Estado servir ou manipular algumas daquelas características. O único objetivo do governo sob o fascismo era autovalorizar como a maior prioridade da sua cultura, simplesmente sendo o Estado em si, quanto maior a sua dimensão, melhor, pelo que se pode dizer que se tratou de uma Estadolatria (idolatria do estado) governamental. A característica importante do fascismo é o Nacionalismo.

Enquanto o Nazismo era uma ideologia metapolítica, vendo a si mesmo apenas como uma utilidade pela qual uma condição alegórica do seu povo era o seu objetivo, o fascismo era uma forma sinceramente antissocialista de Estadismo que existiu por virtude de e com fins em si mes-

1. A REVOLUÇÃO DE 1930 E A ERA VARGAS.

A Revolução de 1930 foi o movimento armado, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que culminou com o golpe de Estado, o Golpe de 1930, que depôs o presidente da república Washington Luís em 24 de outubro de 1930, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e pôs fim à República Velha.

Em 1929, lideranças de São Paulo romperam a aliança com os mineiros, conhecida como política do café com leite, e indicaram o paulista Júlio Prestes como candidato à presidência da República. Em reação, o Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada apoiou a candidatura oposicionista do gaúcho Getúlio Vargas.

Em 1 de março de 1930, foram realizadas as eleições para presidente da República que deram a vitória ao candidato governista, que era o presidente do estado de São Paulo, Júlio Prestes. Porém, ele não tomou posse, em virtude do golpe de estado desencadeado a 3 de outubro de 1930, e foi exilado. Getúlio Vargas assumiu a chefia do "Governo Provisório" em 3 de novembro de 1930, data que marca o fim da República Velha. A crise da República Velha havia se prolongado ao longo da década de 1920. Os expoentes políticos da República Velha vinham perdendo força com a mobilização do trabalhador industrial, com as Revoltas nazifascistas e as dissidências políticas que enfraqueceram as grandes oligarquias. Esses acontecimentos ameaçavam a estabilidade da tradicional aliança rural entre os estados de São Paulo e Minas Gerais - a política do café com leite.

Em 1926, surge a quarta e última dissidência no Partido Republicano Paulista (PRP), e os dissidentes liderados pelo Dr. José Adriano de Marrey Junior fundaram o Partido Democrático (PD), que defendia um programa de educação superior entre outras reformas e a derrubada do PRP do poder. Esta crise política em São Paulo originou-se em uma crise da maçonaria paulista presidida pelo Dr. José Adriano de Marrey Junior. São Paulo, então, chegou dividido às eleições de 1930.

Entretanto, o maior sinal do desgaste republicano era a superprodução de café, durante a crise de 1929, alimentada pelo governo com constantes "valorizações". Assim em 1930, São Paulo estava dividido, e o Rio Grande do Sul que estivera em guerra civil em 1923, agora estava unido, com o presidente do Rio Grande do Sul, Dr. Getúlio Vargas tendo feito o PRR e o Partido Libertador se unirem.

Em Juiz de Fora, o Partido Republicano Mineiro (PRM) passa para a oposição, forma a Aliança Liberal com os segmentos progressistas de outros estados e lança o gaúcho Getúlio Vargas para a presidência, tendo o político paraibano João Pessoa como candidato a vice-presidente. Minas Gerais estava dividida, não conseguindo impor um nome mineiro de consenso para a presidência da república. Parte do PRM apoiou a candidatura Getúlio Vargas, mas a "Concentração Conservadora" liderada pelo vice-presidente da república Fernando de Melo Viana e pelo ministro da Justiça Augusto Viana do Castelo apoiam a candidatura oficial do Dr. Júlio Prestes para as eleições presidenciais de 1 de março de 1930.

O problema da sucessão presidencial

Na República Velha (1889-1930), vigorava no Brasil a chamada "política do café com leite", em que políticos apoiados por São Paulo e de Minas Gerais se alternavam na presidência da república (mas não eram necessariamente Paulistas ou Mineiros os seus indicados). Porém, no começo de 1929, Washington Luís indicou o nome do Presidente de São Paulo, Júlio Prestes, como seu sucessor, no que foi apoiado por presidentes de 17 estados. Apenas três estados negaram o apoio a Prestes: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Os políticos de Minas Gerais esperavam que Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, o então governador do estado, fosse o indicado, por Washington Luís, para ser o candidato à presidência.

Assim a política do café com leite chegou ao fim e iniciou-se a articulação de uma frente oposicionista ao intento do presidente e dos 17 estados de eleger Júlio Prestes. Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba uniram-se a políticos de oposição de diversos estados, inclusive do Partido Democrático de São Paulo, para se oporem à candidatura de Júlio Prestes, formando, em agosto de 1929, a Aliança Liberal.

Em 20 de setembro do mesmo ano, foram lançados os candidatos da Aliança Liberal às eleições presidenciais: Getúlio Vargas como candidato a presidente e João Pessoa, como candidato a vice-presidente. Apoiaram Aliança Liberal, intelectuais como José Américo de Almeida e Lindolfo Collor, membros das camadas médias urbanas e a corrente político-militar chamada "Tenentismo" (que organizou, entre outras, a Revolta Paulista de 1924), na qual se destacavam Cordeiro de Farias, Eduardo Gomes, Siqueira Campos, João Alberto Lins de Barros, Juarez Távora e Miguel Costa e Juraci Magalhães e três futuros presidentes da república (Geisel, Médici e Castelo Branco).

Nesse momento, setembro de 1929, já era percebido, em São Paulo, que a Aliança Liberal, e uma eventual revolução, visava especificamente São Paulo. Tendo o senador estadual de São Paulo Cândido Nanzianzeno Nogueira da Motta denunciado na tribuna do Senado do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 24 de setembro de 1929, que a guerra anunciada pela chamada Aliança Liberal não é contra o Sr. Júlio Prestes, É contra nosso Estado de São Paulo, e isso não é de hoje. A imperecível inveja contra o nosso deslumbrante progresso que deveria ser motivo de orgulho para todo o Brasil. Em vez de nos agradecerem e apertarem em fraternos amplexos, nos cobrem de injúrias e nos ameaçam com ponta de lanças e patas de cavalo.

Cândido Mota citou ainda o senador fluminense Iri-neu Machado que previra a reação de São Paulo: A reação contra a candidatura do Dr. Júlio Prestes representa não um gesto contra o presidente do estado, mas uma reação contra São Paulo, que se levantará porque isto significa um gesto de legítima defesa de seus próprios interesses. Essa resposta paulista à revolução de 1930 veio um ano e meio depois, com a Revolução de 1932.

O presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada diz em discurso, ainda em 1929, façamos a revolução pelo voto antes que o povo a faça pela violência. Esta frase foi vista como a expressão do instinto de sobrevivência de um político experiente e um presságio: Minas Gerais, se aliando ao Rio Grande do Sul e aos tenentes, consegue preservar sua oligarquia. Uma revolução que fosse feita só pelos tenentes teria derrubado também o PRM (Partido Republicano Mineiro) do poder em Minas Gerais e o PRR do poder no Rio Grande do Sul.

As eleições e a revolução

As eleições foram realizadas no dia 1º de março de 1930 e deram a vitória a Júlio Prestes, que obteve 1.091.709 votos, contra apenas 742.794 dados a Getúlio. Notoriamente, Getúlio teve quase 100% dos votos no Rio Grande do Sul.

A Aliança Liberal recusou-se a aceitar a validade das eleições, alegando que a vitória de Júlio Prestes era decorrente de fraude. Além disso, deputados eleitos em estados onde a Aliança Liberal conseguiu a vitória, não obtiveram o reconhecimento dos seus mandatos. A partir daí, iniciou-se uma conspiração, com base no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais.

A conspiração sofreu um revés em junho com a subversão comunista de Luís Carlos Prestes. Um ex-membro do movimento tenentista, Prestes tornou-se adepto das ideias de Karl Marx e apoiador do comunismo. Isso o levou, depois de um tempo, a tentativa frustrada da intentona comunista pela ANL. Logo em seguida, ocorre outro contratempo à conspiração: morre, em acidente aéreo, o tenente Siqueira Campos.

No dia 26 de julho de 1930, João Pessoa foi assassinado por João Dantas em Recife, por questões políticas e de ordem pessoal, servindo como estopim para a mobilização armada. João Dantas e seu cunhado e cúmplice, Moreira Caldas, foram encontrados degolados em sua cela em outubro de 1930. As acusações de fraude e a degola arbitrária de deputados mineiros e de toda a bancada da Paraíba da Aliança Liberal, o descontentamento popular devido à crise econômica causada pela grande depressão de 1929, o assassinato de João Pessoa e o rompimento da política do café com leite foram os principais fatores, (ou pretextos na versão dos partidários de Júlio Prestes), que criaram um clima favorável a uma revolução.

Getúlio tentou várias vezes a conciliação com o governo de Washington Luís e só se decidiu pela revolução quando já se aproximava a posse de Júlio Prestes que se daria em 15 de novembro. A revolução de 1930 iniciou-se, finalmente, no Rio Grande do Sul em 3 de outubro, às 17 horas e 25 minutos. Osvaldo Aranha telegrafou a Juarez Távora comunicando início da Revolução. Ela rapidamente se alastrou por todo o país. Oito governos estaduais no Nordeste foram depostos pelos tenentes.

No dia 10, Getúlio Vargas lançou o manifesto O Rio Grande de pé pelo Brasil e partiu, por ferrovia, rumo ao Rio de Janeiro, capital nacional à época. Esperava-se que ocorresse uma grande batalha em Itararé (na divisa com o Paraná), onde as tropas do governo federal estavam acampadas

para deter o avanço das forças revolucionárias, lideradas militarmente pelo coronel Góis Monteiro. Entretanto, em 12 e 13 de outubro ocorreu o Combate de Quatiguá, que pode ter sido o maior combate desta Revolução, mesmo tendo sido muito pouco estudado. Quatiguá localiza-se a direita de Jaguariaíva, próxima a divisa entre São Paulo e Paraná. A batalha não ocorreu em Itararé, já que os generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e o Almirante Isaías de Noronha depuseram Washington Luís, em 24 de outubro e formaram uma junta de governo.

Jornais que apoiavam o governo deposto foram empastelados; Júlio Prestes, Washington Luís e vários outros próceres da República Velha foram exilados.

Washington Luís havia apostado na divisão dos mineiros não acreditando em nenhum momento que Minas Gerais faria uma revolução, não se prevenindo, nem tomando medidas antirrevolucionárias, sendo derrubado em poucos dias de combate.

Uma república nova

Às 3 horas da tarde de 8 de novembro de 1930, a junta militar passou o poder, no Palácio do Catete, a Getúlio Vargas, encerrando a chamada República Velha, derrubando todas as oligarquias estaduais exceto a mineira e a gaúcha. Na mesma hora, no centro do Rio de Janeiro, os soldados gaúchos cumpriam a promessa de amarrar os cavalos no obelisco da Avenida Rio Branco, marcando simbolicamente o triunfo da Revolução de 1930.

Getúlio tornou-se chefe do Governo Provisório com amplos poderes. A constituição de 1891 foi revogada e Getúlio passou a governar por decretos. Getúlio nomeou interventores para todos os Governos Estaduais, com exceção de Minas Gerais. Esses interventores eram na maioria tenentes que participaram da Revolução de 1930. Por sua vez, o presidente eleito e não empossado Júlio Prestes criticou duramente a Revolução de 1930 quando, em 1931, exilado em Portugal, afirmou: O que não compreendem é que uma nação, como o Brasil, após mais de um século de vida constitucional e liberalismo, retrogradasse para uma ditadura sem freios e sem limites como essa que nos degrada e enxovalha perante o mundo civilizado.

Um dos maiores erros da revolução de 1930 foi entregar os estados à administração de tenentes inexperientes, um dos motivos da revolução de 1932. O despreparo dos tenentes para governar foi denunciado, logo no início de 1932, por um dos principais tenentes, o tenente João Cabanas, que havia participado da revolução de 1924, e que usou como exemplo o tenente João Alberto Lins de Barros que governou São Paulo. João Cabanas, em fevereiro de 1932, no seu livro "Fariseus da Revolução", criticou especialmente o descalabro que foram as administrações dos tenentes nos estados, chamando a atenção para a grave situação paulista pouco antes de eclodir a Revolução de 1932:

João Alberto serve como exemplo: Se, como militar, merece respeito, como homem público não faz juz ao menor elogio. Colocado, por inexplicáveis manobras e por circunstâncias ainda não esclarecidas, na chefia do mais importante estado do Brasil, revelou-se de uma extraordi-

nária, de uma admirável incompetência, criando, em um só ano de governo, um dos mais trágicos confucionismos de que há memória na vida política do Brasil, dando também origem a um grave impasse econômico (déficit de 100.000 contos), e a mais profunda impopularidade contra a “Revolução de Outubro” e ter provocado no povo paulista, um estado de alma equívoco e perigoso. Nossa história não registra outro período de fracasso tão completo como o do “Tenentismo inexperiente”.

Consequências

Os efeitos da Revolução demoram a aparecer. A nova Constituição só é aprovada em 1934, chamada Constituição de 1934, depois de forte pressão social, como a Revolução Constitucionalista de 1932. Mas a estrutura do Estado brasileiro modifica-se profundamente depois de 1930, tornando-se mais ajustada às necessidades econômicas e sociais do país.

Getúlio não gostou desta constituição, e, três anos e meio depois, decreta uma nova constituição, a Constituição de 1937. E assim se posicionou em relação à Constituição de 1934, no 10º aniversário da revolução de 1930, em discurso de 11 de novembro de 1940.

Uma constitucionalização apressada, fora de tempo, apresentada como panaceia de todos os males, traduziu-se numa organização política feita ao sabor de influências pessoais e partidarismo faccioso, divorciada das realidades existentes. Repetia os erros da Constituição de 1891 e agravava-os com dispositivos de pura invenção jurídica, alguns retrógrados e outros acenando a ideologias exóticas. Os acontecimentos incumbiram-se de atestar-lhe a precoce inadaptação.

A partir da constituição de 1937, o regime centralizador, por vezes autoritário do getulismo, ou Era Vargas, estimula a expansão das atividades urbanas e desloca o eixo produtivo da agricultura para a indústria, estabelecendo as bases da moderna economia brasileira. O balanço da revolução de 1930 e de seus 15 anos de governo, por Getúlio, foi feito, no Dia do Trabalho de 1945, em um discurso feito no Rio de Janeiro, no qual disse que a qualquer observador de bom senso não escapa a evidência do progresso que alcançamos no curto prazo de 15 anos. Éramos, antes de 1930, um país fraco, dividido, ameaçado na sua unidade, retardado cultural e economicamente, e somos hoje uma nação forte e respeitada, desfrutando de crédito e tratada de igual para igual no concerto das potências mundiais.

Legado político e social

A nova política do Brasil

Três ex-ministros de Getúlio Vargas chegaram à Presidência da República: Eurico Dutra, João Goulart e Tancredo Neves. Este último não chegou a assumir o cargo, pois, na véspera da posse, sentiu fortes dores abdominais sequenciais durante uma cerimônia religiosa no Santuário Dom Bosco diagnosticada como uma “diverticulite”, que o levou à morte em 21 de abril de 1985, em São Paulo.

Três tenentes de 1930 chegaram à Presidência da República: Castelo Branco, Médici e Geisel. O ex-tenente Juarez Távora foi o segundo colocado nas eleições presidenciais de 1955, e o ex-tenente Eduardo Gomes, o segundo colocado, em 1945 e 1950. Ambos foram candidatos pela UDN, o que mostra também a influência dos ex-tenentes na UDN, partido que tinha ainda, entre seus líderes, o ex-tenente Juraci Magalhães, que quase foi candidato em 1960.

Os partidos fundados por Getúlio Vargas, PSD (partido dos ex-interventores no Estado Novo e intervencionista na economia) e o antigo PTB, dominaram a cena política de 1946 até 1964. PSD, UDN e PTB, os maiores partidos políticos daquele período, eram liderados por mineiros (PSD e UDN) e por gaúchos (o PTB).

Apesar de quinze anos (1930-1945) não serem um período longo em se tratando de carreira política, poucos políticos da República Velha conseguiram retomar suas carreiras políticas depois da queda de Getúlio em 1945. A renovação do quadro político foi quase total, tanto de pessoas quanto da maneira de se fazer política. Sobre a queda da qualidade da representação política após 1930, Gilberto Amado em seu livro “Presença na Política”, explica que na República Velha, as eleições eram falsas, mas a representação era verdadeira... As eleições não prestavam, mas os deputados e senadores eram os melhores que podíamos ter.

Especialmente o balanço de 1930 feito pelos paulistas [quem?] é sombrio: Reclamam eles que, após Júlio Prestes em 1930, nenhum cidadão nascido em São Paulo foi eleito ou ocupou a Presidência, exceto, e por alguns dias apenas, Ranieri Mazzilli, o Dr. Ulisses Guimarães e Michel Temer. Os paulistas reclamam também que apenas em 1979 chegou à presidência alguém comprometido com os ideais da revolução de 1932: João Figueiredo, filho do general Euclides Figueiredo, comandante da revolução constitucionalista de 1932 e que fora exilado na Argentina entre 1932 e 1934. João Figueiredo fez a abertura política do regime militar.

Getúlio foi o primeiro a fazer no Brasil propaganda pessoal em larga escala - o chamado culto da personalidade, com a Voz do Brasil, - típica do fascismo e ancestral do marketing político moderno. A aliança elite-proletariado, criada por Getúlio, tornou-se típica no Brasil, como a Aliança PTB-PSD apoiada pelo clandestino PCB.

A nova economia do Brasil

A política trabalhista é alvo de polêmicas até hoje e foi tachada de “paternalista” por intelectuais de esquerda. Esses intelectuais acusavam Getúlio de tentar anular a influência desta esquerda sobre o proletariado, desejando transformar a classe operária num setor sob seu controle, nos moldes da Carta do Trabalho do fascista italiano Benito Mussolini.

Os defensores de Getúlio Vargas contra argumentam, dizendo que em nenhum outro momento da história do Brasil houve avanços comparáveis nos direitos dos trabalhadores. Os expoentes máximos dessa posição foram João Goulart e Leonel Brizola. Brizola foi considerado, por muitos o último herdeiro político do «Getulismo», ou da «Era Vargas», na linguagem dos brasilianistas.

A crítica de direita, ou liberal, argumenta que, em longo prazo, estas leis trabalhistas prejudicam os trabalhadores porque aumentam o chamado custo Brasil, onerando muito as empresas e gerando a inflação, que corrói o valor real dos salários.

Segundo esta versão, o custo Brasil faz com que as empresas brasileiras contratem menos trabalhadores, aumentem a informalidade e faz que as empresas estrangeiras se tornem receosas de investir no Brasil. Assim, segundo a crítica liberal, as leis trabalhistas gerariam, além da inflação, mais desemprego e subemprego entre os trabalhadores.

Os liberais afirmam também que intervencionismo estatal na economia iniciado por Getúlio só cresceu com o passar dos anos, com a única exceção de Castelo Branco atingindo seu máximo no governo do ex-tenente de 1930 Ernesto Geisel. Somente a partir do Governo de Fernando Collor se começou a fazer o desmonte do Estado intervencionista. Durante sessenta anos, após 1930, todos os ministros da área econômica do governo federal foram favoráveis à intervenção do Estado na economia, exceto Eugênio Gudin por sete meses em 1954, e a dupla Roberto Campos - Octávio Bulhões, por menos de três anos (1964 -1967).

Trabalhadores do Brasil

Era com esta frase que Getúlio iniciava seus discursos. Na visão dos apoiadores de Getúlio, ele não ficou só no discurso. A orientação trabalhista de seu governo, que em seu ápice instituiu a CLT e o salário mínimo, marca, para os getulistas, um tempo das mudanças sociais célebres, onde os trabalhadores pareciam estar no centro do cenário político nacional, aplicando o populismo.

Infelizmente os trabalhadores rurais não foram beneficiados com igualdade pela CLT, tudo por força das oligarquias que existiam e pressionavam o governo.

Era Vargas (1930/45)

A chamada Era Vargas está dividida em três momentos: Governo Provisório, Governo Constitucional e Estado Novo. O período inaugurou um novo tipo de Estado, denominado "Estado de compromisso", em razão do apoio de diversas forças sociais e políticas: as oligarquias dissidentes, classes médias, burguesia industrial e urbana, classe trabalhadora e o Exército. Neste "Estado de compromisso" não existia nenhuma força política hegemônica, possibilitando o fortalecimento do poder pessoal de Getúlio Vargas.

Governo Provisório (1930/1934).

Aspectos políticos e econômicos

No plano político, o governo provisório foi marcado pela Lei Orgânica, que estabelecia plenos poderes a Vargas. Os órgãos legislativos foram extintos, até a elaboração de uma nova constituição para o país. Desta forma, Vargas exerce o poder executivo e o Legislativo. Os governadores perderam seus mandatos – por força da Revolução de 30 – seus nomeados em seus lugares os interventores federais

(que eram escolhidos pelos tenentes). A economia cafeeira receberá atenções por parte do governo federal. Para superar os efeitos da crise de 1929, Vargas criou o Conselho Nacional do Café, reeditando a política de valorização do café ao comprar e estocar o produto. O esquema provocou a formação de grandes estoques, em razão da falta de compradores, levando o governo a realizar a queimados excedentes. Houve um desenvolvimento das atividades industriais, principalmente no setor têxtil e no processamento de alimentos. Este desenvolvimento explica-se pela chamada política de substituição de importações.

A composição do Governo Provisório

Depois de criar um Tribunal Especial - cuja ação foi nula - com o objetivo de julgar "os crimes do governo deposto", o novo governo organizou um ministério que, pela composição, nos mostra o quanto Getúlio estava comprometido com os grupos que lhe apoiaram na Revolução:

- general Leite de Castro - ministro do Exército;
- almirante Isaías Noronha - ministro da Marinha;
- Afrânio de Melo Franco (mineiro) - ministro do Exterior;
- Osvaldo Aranha (gaúcho) - ministro da Justiça;
- José Américo de Almeida (paraibano) - ministro da Viação;

- José Maria Whitaker (paulista) - ministro da Fazenda;
- Assis Brasil (gaúcho) - ministro da Agricultura.

Dentro ainda da ideia de compromisso, foram criados dois novos ministérios:

- Educação e Saúde Pública - o mineiro Francisco Campos;
- Trabalho, Indústria e Comércio - o gaúcho Lindolfo Collor.

Para Juarez Távora, pela sua admirável participação revolucionária e pelo seu prestígio como homem de ação, foi criada a Delegacia Regional do Norte. Pela chefia política dos estados brasileiros do Espírito Santo ao Amazonas, Juarez Távora foi chamado de O Vice-Rei do Norte.

A política cafeeira da Era Vargas

O capitalismo passava por uma de suas violentas crises de superprodução. Essas crises cíclicas do capitalismo eram o resultado da ausência de uma planificação, o que produzia a anarquia da produção social.

As nações industriais com problemas de superprodução acirravam o imperialismo, superexplorando as nações agrárias, restringindo os créditos e adotando uma política protecionista, sobretaxando as importações. Neste contexto o café conheceu uma nova e violenta crise de superprodução, de mercados e de preços, que caíram de 4 para 1 libra nos primeiros anos da década de 30.

Como o café era à base da economia nacional, a crise poderia provocar sérios problemas para outros setores econômicos, tais como a indústria e o comércio, o que seria desastroso. Era preciso salvar o Brasil dos efeitos da crise mundial de 1929. Era necessário evitar o colapso econômico do País. Para evitá-lo, o governo instituiu uma nova política cafeeira, visando o equilíbrio entre a oferta e a procura, a elevação dos preços e a contenção dos excessos de produção, pois a produção cafeeira do Brasil era superior à mundial.

1 – A NOVA ORDEM MUNDIAL, O ESPAÇO GEOPOLÍTICO E A GLOBALIZAÇÃO

Na teoria das relações internacionais, o termo “Nova Ordem Mundial” (NOM) tem sido utilizado para se referir a um novo período no pensamento político e no equilíbrio mundial de poder, além de uma maior centralização deste poder. Apesar das diversas interpretações deste termo, ele é principalmente associado com o conceito de governança global.

Foi o presidente dos Estados Unidos, o Woodrow Wilson que pela primeira vez desenvolveu um programa de reforma progressiva nas relações internacionais e liderou a construção daquilo que se convencionou denominar de “uma Nova Ordem Mundial” através da Liga das Nações. Nos Estados Unidos a expressão foi usada literalmente pela primeira vez pelo presidente Franklin Delano Roosevelt em 1941, durante a II Guerra Mundial.

A Nova Ordem Mundial também é um conceito sócio-econômico-político que faz referência ao contexto histórico do mundo pós Guerra Fria. Foi utilizado pelo presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan na década de 1980, referindo-se ao processo de queda da União Soviética e ao rearranjo geopolítico das potências mundiais.

O termo Nova Ordem Mundial é aplicado de forma abrangente. Em um contexto atual, pode se referir também à importância das novas tecnologias em um mundo progressivamente globalizado e às novas formas de controle tecnológico sobre as pessoas. A Nova Ordem Mundial busca garantir o desenvolvimento do capitalismo e estrutura-se a partir de uma hierarquização de países, de acordo com seu nível de desenvolvimento e de especialização econômica. Veja algumas das principais características.

Distribuição do poder internacional: Em termos militares, a bipolaridade (fato de haver dois polos de força, que eram Estados Unidos e URSS) foi substituída pela chamada pax imperial americana, que significa que não existe país no mundo capaz de se contrapor ao poderio militar americano. A supremacia militar incontestável dos Estados Unidos é exercida de forma intensa em todas as partes do mundo onde seus interesses econômicos ou geopolíticos se fazem presentes. Em termos econômicos e tecnológicos temos a multipolaridade, com pelo menos três grandes blocos: o primeiro, organizado em torno dos EUA; o segundo, em torno da Europa (União Europeia) e um terceiro, o bloco asiático, onde se destacam o Japão, a China, a Índia e até mesmo a Rússia.

Urbanização mundial: A intensa urbanização mundial é um fenômeno típico de países não desenvolvidos e resultante de sua industrialização e modernização recente. No ano 2000, a ONU (Organização das Nações Unidas) divulgou que a população urbana mundial superou a po-

pulação rural. A urbanização é acelerada e irreversível em especial nos países em desenvolvimento. É geralmente caótica, o que agrava os problemas ambientais e concentra a pobreza, potencializando seus aspectos negativos.

Nova divisão do trabalho: Ao contrário do que ocorria até pouco tempo, a nova divisão internacional do trabalho (DIT) não separa apenas países exportadores de manufaturados de países exportadores de matéria-prima.

A Nova Ordem Mundial

Nos últimos anos, principalmente de 1989 a 1991, o mapa-múndi político sofreu transformações radicais. Novos estados-nações (países) surgiram e outros desapareceram. Como exemplo disso, podemos citar a antiga Alemanha Oriental, hoje uma província da Alemanha reunificada. Ou antiga Tchecoslováquia, hoje em dois novos estados-nações: a República Tcheca e a Eslováquia. Contudo, as mudanças mais surpreendentes aconteceram na Iugoslávia e na União Soviética. A Iugoslávia, além de ter sido dividida em cinco novos países (Croácia, Eslovênia, Bósnia, Macedônia e Iugoslávia), conheceu uma sangrenta guerra civil pela partilha da Bósnia-Herzegovina. A União Soviética, por sua vez, viu-se obrigada a fragmentar-se em 15 nações independentes.

Do ponto de vista geopolítico, é possível comparar esse período a um outro do nosso século, quando também aconteceram mudanças profundas no mapa-múndi, por ocasião da segunda guerra mundial. Nesses dois momentos ocorreram não apenas mudanças geopolíticas, mas também uma crise de uma Ordem Mundial e a emergência de uma outra.

Antes da segunda guerra mundial havia uma ordem multipolar, ou seja, com base em vários polos ou centros de poder que disputavam a hegemonia internacional: Inglaterra, ex-grande e exclusiva potência mundial no século XIX, em decadência hegemônica; a França e em especial a Alemanha, grandes concorrentes no continente europeu; os EUA, grande potência da América; o Japão, que se lançava numa aventura imperialista no leste e sudeste asiático; e por fim a imensa Rússia, fortemente militarizada. O final da grande guerra trouxe um novo cenário: as potências europeias estavam arrasadas e consequentemente seus impérios na Ásia e África; o Japão, igualmente arrasado, perdeu as áreas que havia conquistado no extremo oriente (Coreia, Manchúria, partes da Sibéria, etc.). Duas novas potências mundiais – EUA e União Soviética – lotearam o mundo entre si. Foi a época da bipolaridade, a nova ordem mundial, que durou cerca de 45 anos, desde o final da segunda guerra até meados de 1991.

O mundo bipolar foi marcado pela eterna disputa entre capitalismo e socialismo, tendo os EUA e a União Soviética de cada lado, respectivamente. Os EUA, líderes político-econômicos do mundo capitalista. A União Soviética, a guardiã e o exemplo a ser seguido no mundo socialista. Esse Status que começou a ser mudado com a ascensão do Japão e da Europa Ocidental, que passaram a disputar a supremacia internacional com os EUA, e ao esgotamento do modelo soviético.

A Regionalização do Espaço Mundial

Existem inúmeras divisões do espaço geográfico mundial, mas podemos separar duas formas de regionalização mais conhecidas e utilizadas. Uma é a setorização da Terra por critérios naturais, em especial pelos continentes. A outra é a divisão do espaço mundial por critérios sociais ou político-econômicos: o Norte (países ricos e industrializados) e o Sul (países pobres ou subdesenvolvidos).

A primeira classificação tem como base a geologia, ou seja, o resultado de uma divisão natural operada ao longo do tempo geológico, que separou os continentes. A segunda forma de classificar toma como referência a sociedade. É uma divisão do espaço com base em elementos político-econômicos. O homem aqui é visto como agente principal, transformando o seu meio natural. De forma simplificada, podemos afirmar que aqueles estudos que têm na Terra (natureza) o seu referencial, fazem parte da chamada geografia tradicional. Por outro lado, também simplificando um pouco, podemos dizer que aqueles estudos que referenciam-se na sociedade, enquadram-se na chamada geografia crítica. Trata-se de uma geografia que entende o espaço geográfico como produto da atividade humana.

Dos Três Mundos à Oposição Norte/Sul

A regionalização do espaço mundial com base em critérios sociais sempre está ligada ordem internacional que prevalece num certo momento, ao equilíbrio instável dos países e os grupos de países, à disputa (ou cooperação) entre as grandes potências mundiais. Após 1945 o mundo dividiu-se em três "mundos" ou conjuntos de países: o primeiro mundo (países capitalistas desenvolvidos); o segundo mundo (países socialistas ou de economia planificada); e o terceiro mundo (áreas periféricas ou subdesenvolvidas, com frequências marcadas por disputas entre capitalismo e socialismo). Para entendermos a regionalização atual, dos anos 90 e início do século XXI, temos que estudar a crise do segundo mundo e como essa crise vem reforçando a oposição entre o Norte e o Sul.

Os Sistemas Socioeconômicos

Capitalismo e socialismo são dois tipos de sistemas bastante diferentes entre si. Podemos dizer que o capitalismo caracteriza-se por apresentar uma economia de mercado e uma sociedade de classes. O socialismo, por sua vez, basicamente constitui-se por uma economia planificada e uma sociedade teoricamente sem classes. A sociedade capitalista é dividida basicamente em duas classes sociais: a burguesia, composta pelos capitalistas, donos dos meios de produção (fábricas, bancos, fazendas, etc.), e o proletariado (urbano e rural), que vive de salários, trabalhando para os donos do capital. No entanto, existem indivíduos que não se enquadram em nenhuma destas classes, como por exemplo os profissionais liberais (advogados com escritório próprio, médicos c/consultório particular, etc.).

Na economia planificada, o elemento principal do funcionamento do sistema econômico (produção, consumo, investimentos, etc.) é o plano e não o mercado. Nesse sistema os meios de produção são públicos ou estatais, quase não existindo empresas privadas. Teoricamente, não deveria haver estratificação social nesse sistema, mas o que se verificou na prática foi o surgimento de uma elite burocrática que dirigia o sistema produtivo, constituindo-se em nova classe dominante.

O Reforço das disparidades entre o Norte e o Sul

Com a crise do mundo socialista, aumenta a oposição entre o Norte e o Sul. Isso, porque deixa de haver o conflito Leste/Oeste, ou seja, entre o socialismo real o capitalismo. As duas superpotências das últimas décadas tinham um poderio avassalador e nenhum conflito importante no plano mundial deixava de ter a participação direta ou indireta delas. Nessa época, a oposição entre o Norte rico e o Sul pobre nunca transparecia claramente, porque estava sempre abafada pelo conflito Leste/Oeste.

O segundo mundo chegou a abranger cerca de 32% da população mundial no início dos anos 80, mas hoje ele praticamente não existe mais. Assim, colocando-se os antigos países socialistas mais pobres ou menos industrializados (China, Mongólia, Camboja, Vietnã, Cuba, etc.) no Sul subdesenvolvido, e os mais industrializados (Rússia, Hungria, Polônia, República Tcheca, etc.) no Norte, temos a oposição entre o Norte desenvolvido, com 23% da população mundial, e o Sul com 71% desse total demográfico. Esta é a principal oposição mundial dos anos 90.

As Disparidades tendem a aumentar

A oposição entre o Norte e o Sul tem ainda um outro motivo para se acentuar: as desigualdades internacionais, que vêm aumentando desde os anos 80 e devem se agravar ainda mais até o início do século XX. O PNB dos ricos sempre tem aumentado, enquanto os de grande parte dos países pobres tem diminuído, especialmente na África. De forma resumida, podemos dizer que isso se deve ao seguinte: enquanto as economias mais avançadas estão atravessando a chamada Revolução técnico-científica, com substituição de força de trabalho desqualificada por máquinas, com a expansão da informática, etc., os países mais pobres só têm duas coisas a oferecer – matérias-primas e mão de obra barata –, e esses elementos perdem valor a cada dia. Somente os países com uma força de trabalho qualificada (resultado de um ótimo sistema educacional) e tecnologia avançada é que possuem condições ideais para o desenvolvimento.

Subdesenvolvimento

De forma sucinta, podemos definir o subdesenvolvimento como uma situação econômico-social caracterizada por dependência econômica e grandes desigualdades sociais.

Subordinação ou dependência econômica

Todos os países do Sul ou do terceiro mundo são economicamente dependentes dos países desenvolvidos. Tal dependência manifesta-se de três maneiras:

I. Endividamento externo – normalmente, todos os países subdesenvolvidos possuem vultosas dívidas para com grandes empresas financeiras internacionais.

II. Relações comerciais desfavoráveis – geralmente, os países subdesenvolvidos exportam produtos primários (não industrializados), como gêneros agrícolas e minérios. As importações, por sua vez, consistem basicamente de produtos manufaturados, material bélico e produtos de tecnologia avançada (aviões, computadores, etc.). Esta relação comercial revela-se terrivelmente desvantajosa, pois os artigos importados têm valor agregado bem maior do que os exportados, e ainda se valorizam mais rapidamente.

III. Forte influência de empresas estrangeiras – nos países subdesenvolvidos, boa parte das principais empresas industriais, comerciais, mineradoras e às vezes até agrícolas é de propriedade estrangeira, possuindo a matriz nos países desenvolvidos. São as chamadas multinacionais. Uma grande parcela dos lucros dessas empresas é remetida para suas matrizes, o que provoca descapitalização no terceiro mundo.

Grandes Desigualdades Sociais

Em todos os países subdesenvolvidos, a diferença entre ricos e pobres é muito mais acentuada do que nos países desenvolvidos. Por exemplo, na Colômbia, 2,6% da população possui 40% da renda nacional; no Chile, 2% dos proprietários possuem 50% das terras agrícolas. Dessa forma, a população de baixa renda acaba sofrendo de sérios problemas de subnutrição, falta de moradias, atendimento médico-hospitalar inadequado, insuficiência de escolas, etc.

Como Definir a Nova Ordem?

A nova ordem costuma ser definida como multipolar. Isso quer dizer que existem vários polos ou centros de poder no plano mundial. Hoje temos três grandes potências mundiais de poderio econômico, tecnológico e político-diplomático: EUA, Japão e a União Europeia. Assim, o século XX começou com uma ordem multipolar, passou para a bipolaridade e termina com uma nova multipolaridade. Que diferenças existem entre a multipolaridade deste fim de século e aquela do início?

A primeira grande diferença é que no início do século havia somente um agente no cenário internacional: o Estado Nacional (como, por exemplo, Inglaterra, Alemanha, etc.) e tudo girava ao redor de suas relações econômicas e político-militares. Já nos dias hodiernos há um relativo enfraquecimento do estado-nação e um fortalecimento

de outros agentes internacionais – a ONU, em primeiro lugar, e também as empresas multinacionais e as diversas organizações mundiais (governamentais e não governamentais) que atuam nas áreas ambiental, econômica, cultural, técnica, etc.

Em segundo lugar, no início do século vivia-se uma situação de pré-guerra: as rivalidades entre potências conduziam inevitavelmente a conflitos bélicos entre si, o que ocorreu efetivamente de 1914 a 1918 e novamente de 1939 a 1945. Hoje isso é extremamente improvável de acontecer, pois no lugar de uma disputa acirrada pela hegemonia mundial, existe uma crescente cooperação, uma interdependência, inclusive com a criação de mercados regionais ou blocos econômicos. Dessa forma, as três grandes potências são ao mesmo tempo rivais e associados, possuem alguns interesses conflitantes e inúmeros outros em comum.

A ordem mundial era tida como dicotômica ou dualista, ou seja, predominava a oposição entre o bem e o mal, entre o capitalismo e o socialismo. A nova ordem é pluralista, ou seja, possui várias frentes de oposição, como ricos/pobres; cristãos/muçulmanos(islâmicos); interesses mercantis/consciência ecológica, etc.

2 – OS PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAS

Nunca se falou tanto em preservação ambiental como nos dias de hoje. A preocupação com o meio ambiente tomou conta dos meios de comunicação, das escolas e até mesmo das indústrias. Mas, apesar de todo o empenho, a natureza ainda está sofrendo grandes desgastes por causa da ação do homem, e os efeitos desse desgaste já podem ser sentidos no nosso dia a dia.

Inundações, secas, catástrofes naturais, falta de alimento e de combustível são apenas algumas das consequências que já começam a ser sentidas – e a previsão de cientistas e pesquisadores é que este cenário piore.

Para inverter este quadro, é preciso uma ação coletiva intensa e imediata. E, para que isso ocorra, é preciso compreender quais são os maiores problemas ambientais da atualidade e como eles afetam nosso cotidiano.

São vários os problemas apontados por organizações ambientais como World Wide Fund (WWF) e Greenpeace, e mesmo por órgãos governamentais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). Porém, alguns são apontados como mais urgentes ou mais alarmantes.

Efeito estufa

O efeito estufa é um mecanismo atmosférico natural que mantém o planeta aquecido nos limites de temperatura necessários à preservação da vida. Se não houvesse a

proteção do efeito estufa, os raios solares que aquecem o planeta seriam refletidos para o espaço e a Terra apresentaria temperaturas médias abaixo de -10°C .

O efeito estufa ocorre quando uma parte da radiação solar refletida pela superfície terrestre é absorvida por determinados gases presentes na atmosfera, entre os quais o gás carbônico ou dióxido de carbono (CO_2), o metano (CH_4) e o óxido nitroso (N_2O).

Ocorre que, com a queima de florestas e a exagerada utilização de combustíveis fósseis, grandes quantidades de CO_2 têm sido lançadas na atmosfera. A emissão desenfreada desse e de outros gases acentua o efeito estufa, a ponto de não permitir que a radiação solar, depois de refletida na Terra, volte para o espaço. Isso bloqueia o calor, aumentando a temperatura do planeta e provocando o aquecimento global.

Para se discutir o problema e encontrar soluções, várias reuniões internacionais têm sido realizadas. O principal documento aprovado até agora é o Protocolo de Kyoto, assinado em 1997, que estabelece metas de redução dos gases para diferentes países.

Aquecimento Global

Verões cada vez mais quentes; pessoas morrendo por causa das altas temperaturas; peixes migrando para águas mais profundas por causa do calor; gelo dos polos derretendo; inundações em algumas regiões, secas em outras... Essa visão apocalíptica não faz parte de nenhuma profecia exagerada, mas sim representa um quadro real que já está acontecendo nos dias de hoje e que, se não freado a tempo, poderá ter consequências catastróficas: o aquecimento global.

O aquecimento global é um fenômeno causado pela retenção de calor acima do nível considerado normal pela atmosfera, sem que ele se dissipe adequadamente – algo semelhante com a ação de tampar uma panela para manter a comida quente.

Esse fenômeno acontece por causa de uma elevação nos níveis de dióxido de carbono na atmosfera, que aumentam por causa da queima de combustível fóssil, além do crescimento progressivo na emissão de gases e outros produtos químicos produzidos pelo homem durante os últimos cem anos. Isso alterou as características da atmosfera, fazendo com que o calor ficasse concentrado como numa estufa – de onde vem o nome “efeito estufa”.

Cientistas do mundo todo há anos pesquisam os efeitos e as consequências dessas alterações na atmosfera. A Agência Espacial Norte-Americana (Nasa) confirmou em mais de uma ocasião que a temperatura no planeta está aumentando.

Utilizando satélites, os pesquisadores constataram que a temperatura média global aumentou $0,43^{\circ}\text{C}$ por década, entre os anos de 1981 e 1998. O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) aponta que a variação climática pode chegar a 5°C . Mesmo as versões mais otimistas, que apontam um aquecimento de apenas 2°C , são problemáticas – esse índice já é mais que o planeta pode suportar.

Consequências

O aquecimento global pode trazer consequências graves para todo o planeta – incluindo plantas, animais e seres humanos. A retenção de calor na superfície terrestre pode influenciar fortemente o regime de chuvas e secas em várias partes do planeta, afetando plantações e florestas.

Algumas florestas podem sofrer processo de desertificação, enquanto plantações podem ser destruídas por alagamentos. O resultado disso é o movimento migratório de animais e seres humanos, escassez de comida, aumento do risco de extinção de várias espécies animais e vegetais, e aumento do número de mortes por desnutrição.

Outro grande risco do aquecimento global é o derretimento das placas de gelo da Antártica. Esse derretimento já vem acontecendo há milhares de anos, por um lento processo natural. Mas a ação do homem e o efeito estufa aceleraram o processo e o tornaram imprevisível.

A calota de gelo ocidental da Antártida está derretendo a uma velocidade de 250 quilômetros cúbicos por ano, elevando o nível dos oceanos em 0,2 milímetros a cada 12 meses. O degelo desta calota pode fazer os oceanos subirem até 4,9 metros, cobrindo vastas áreas litorâneas pelo mundo e ilhas inteiras. Os resultados também são escassez de comida, disseminação de doenças e mortes.

O aquecimento global pode ser considerado responsável por 150 mil mortes a cada ano em todo o mundo, devido a ondas de calor, inundações, e doenças acarretadas por catástrofes naturais – como furacões e grandes tempestades, que se tornam mais comuns com as mudanças climáticas.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) atribui à modificação do clima 2,4% dos casos de diarreia e 2% dos de malária em todo o mundo. Esse quadro pode ficar ainda mais sombrio: alguns cientistas alertam que o aquecimento global pode se agravar nas próximas décadas e a OMS calcula que para o ano de 2030 as alterações climáticas poderão causar 300 mil mortes por ano.

Soluções

Apesar de preocupante, o aquecimento global não é irreversível. Há muitas ações que podem ser colocadas em prática pelos governos e pela população em geral para amenizar seus efeitos e até mesmo fazer regredir seu desenvolvimento. Uma das principais ações recomendadas pelos cientistas e pesquisadores é a redução da emissão de gases de efeitos estufa.

Para tanto, recomenda-se diminuir o uso de combustíveis fósseis (gasolina, diesel, querosene) e aumentar o uso de biocombustíveis (biodiesel) e etanol, e outras fontes de energia não-poluentes (como solar, eólica, etc).

Os automóveis devem ser regulados constantemente para evitar a queima de combustíveis de forma desregulada, e o uso de catalisador em escapamentos de automóveis, motos e caminhões deve ser obrigatório. As indústrias também devem reduzir suas emissões através da

1 – A NATUREZA BRASILEIRA (RELEVO, HIDROGRAFIA, CLIMA E VEGETAÇÃO)

A formação do relevo brasileiro decorre da ação de diversos elementos, como a estrutura geológica do território, os agentes internos, o tectonismo e o vulcanismo, e os agentes externos: as águas correntes e o intemperismo.

Entre as principais características do nosso relevo, destaca-se o predomínio das formações sedimentares recentes, que ocupam 64% da superfície. Tais formações se sobrepõem aos terrenos pré-cambrianos, mais antigos, que formam o embasamento de nosso relevo, de origem cristalina, e que afloram em 36% do território. Como reflexo dessa estrutura geológica, de base sedimentar, a altimetria de do relevo brasileiro vai caracterizar-se pelo predomínio das baixas e médias altitudes.

O relevo brasileiro, em sua formação, não sofreu a ação dos movimentos orogenéticos recentes, responsáveis pelo surgimento dos chamados dobramentos modernos e, por isso, caracteriza-se pela presença de três grandes formas: os planaltos as depressões e as planícies. Os planaltos e as depressões representam as formas predominantes, ocupando cerca de 95% do território, e têm origem e tanto cristalina quanto sedimentar. Em alguns pontos do território, especialmente nas bordas dos planaltos, o relevo apresenta-se muito acidentado, como a ocorrência de serras e escarpas. As planícies representam os 5% restantes do território brasileiro e são exclusivamente de origem sedimentar.

Classificação do relevo brasileiro

Existem várias classificações do nosso relevo, porém algumas delas se tornaram mais conhecidas e tiveram grande importância em momentos diferentes da nossa história.

A mais antiga delas é a que foi elaborada pelo professor Aroldo de Azevedo, na década de 40, que utilizava como critério para a definição das formas o nível altimétrico. Assim, a superfícies aplainadas que superassem a marca dos 200 m de altitude seriam classificadas como planaltos, e as superfícies aplainadas que apresentassem altitudes inferiores a 200 m seriam classificadas como planícies. Com base nisso, o Brasil dividia-se em oito unidades de relevo, sendo 4 planaltos, que ocupavam 59% do território e 4 planícies, que ocupavam os 41% restante.

No final da década de 50, o professor Aziz Nacib Ab'Saber apresentou uma nova classificação, com maior rigor científico, que utilizava como critério para a definição das formas o tipo de alteração dominante na superfície, ou seja, o processo de erosão e sedimentação. Planalto corresponderia a superfície aplainada, onde o processo erosivo estaria predominando sobre o sedimentar, enquanto a planície (ou terras baixas) se caracterizaria pelo inverso, ou seja, o processo sedimentar estaria se sobrepondo ao processo erosivo. Por essa divisão, o relevo brasileiro se compunha de 10 unidades, sendo 7 planaltos, que ocupavam 75% do território, e três planícies, que ocupavam os 25 restantes.

A localização de 92% do território brasileiro na zona intertropical e as baixas altitudes do relevo explicam a predominância de climas quentes, com médias de temperatura superiores a 20° C. Os tipos de clima presentes no Brasil são: equatorial, tropical, tropical de altitude, tropical atlântico, semiárido e subtropical.

O clima equatorial domina a região amazônica e se caracteriza por temperaturas médias entre 24° C e 26° C e amplitude térmica anual (diferença entre a máxima e a mínima registrada durante um ano) de até 3° C. As chuvas são abundantes (mais de 2.500 mm/ano) e regulares, causadas pela ação da massa equatorial continental. No inverno, a região pode receber frentes frias originárias da massa polar atlântica. Elas são as responsáveis pelo fenômeno da friagem, a queda brusca na temperatura, que pode chegar a 10° C.

Extensas áreas do planalto central e das regiões Nordeste e Sudeste são dominadas pelo clima tropical. Nelas, o verão é quente e úmido e o inverno, frio e seco. As temperaturas médias excedem os 20° C, com amplitude térmica anual de até 7° C. As chuvas variam de 1.000 a 1.500 mm/ano.

O tropical de altitude predomina nas partes altas do Planalto Atlântico do Sudeste, estendendo-se pelo norte do Paraná e sul do Mato Grosso do Sul. Apresenta temperaturas médias entre 18° C e 22° C e amplitude térmica anual entre 7° C e 9° C. O comportamento pluviométrico é igual ao do clima tropical. As chuvas de verão são mais intensas devido à ação da massa tropical atlântica. No inverno, as frentes frias originárias da massa polar atlântica podem provocar geadas.

A faixa litorânea que vai do Rio Grande do Norte ao Paraná sofre atuação do clima tropical atlântico. As temperaturas variam entre 18° C e 26° C, com amplitudes térmicas crescentes conforme se avança para o sul. Chove cerca de 1.500 mm/ano. No litoral do Nordeste, as chuvas intensificam-se no outono e no inverno. Mais ao sul, são mais fortes no verão.

O clima semiárido predomina nas depressões entre planaltos do sertão nordestino e no trecho baiano do vale do Rio São Francisco. Suas características são temperaturas médias elevadas, em torno de 27° C, e amplitude térmica em torno de 5° C. As chuvas, além de irregulares, não excedem os 800 mm/ano, o que leva às "secas do Nordeste", os longos períodos de estiagem.

O clima subtropical predomina ao sul do Trópico de Capricórnio, compreendendo parte de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul e os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Caracteriza-se por temperaturas médias inferiores a 18° C, com amplitude térmica entre 9° C e 13° C. Nas áreas mais elevadas, o verão é suave e o inverno frio, com nevascas ocasionais. Chove entre 1.500 mm e 2.000 mm.

A mais recente classificação do relevo brasileiro é a proposta pelo professor Jurandyr Ross, divulgada em 1995. Fundamentando suas pesquisas nos dados obtidos a partir de um detalhado levantamento da superfície do território brasileiro, realizado através de sistema de radares do projeto Radambrasil, do Ministério de Minas e Energia, o professor Ross apresenta uma subdivisão do relevo brasileiro em 28 unidades, sendo 11 planaltos, 11 depressões e 6 planícies.

Essa nova classificação utilizou como critério a associação de informações sobre o processo de erosão, sedimentação dominante na atualidade, com a base geológica e estrutural do terreno e ainda com o nível altimétrico do lugar. Assim, define-se planalto como uma superfície irregular, com altitudes superiores a 300 m, e que teve origem a partir da erosão sobre rochas cristalinas ou sedimentares; depressão é uma superfície mais plana, com altitudes entre 100 e 500 m, apresentando inclinação suave, resultante de prolongado processo erosivo, também sobre rochas cristalinas ou sedimentares; e planície é uma superfície extremamente plana e formada pelo acúmulo recente de sedimentos fluviais, marinhos ou lacustres.

Vejam os uma síntese com as características mais importantes de cada uma das subunidades do relevo brasileiro:

- Planaltos

Planalto da Amazônia Oriental - constitui-se de terrenos de uma bacia sedimentar e localiza-se na metade leste da região, numa estreita faixa que acompanha o rio Amazonas, do curso médio até a foz. Suas altitudes atingem cerca de 400 m na porção norte e 300 m na porção sul.

Planaltos e Chapadas da Bacia do Parnaíba - constituem-se também de terrenos de uma bacia sedimentar, estendendo-se das áreas centrais do país (GO-TO), até as proximidades do litoral, onde se alargam, na faixa entre Pará e Piauí, sendo cortados de norte a sul, pelas águas do rio Parnaíba. Aí encontramos a predominância das formas tabulares, conhecidas como chapadas.

Planaltos e Chapadas da Bacia do Paraná - caracterizam-se pela presença de terrenos sedimentares e pelos depósitos de rocha de origem vulcânica, da era mesozoica. Localizam-se na porção meridional do país, acompanhando os cursos dos afluentes do rio Paraná, estendendo-se desde os estados de Mato Grosso e Goiás, até o Rio Grande do Sul, ocupando a faixa ocidental dessa região, atingindo altitudes em torno de 1.000 m.

Planalto e Chapada dos Parecis - estendendo-se por uma larga faixa no sentido Leste-Oeste na porção centro-ocidental do país, indo do Mato Grosso até Rondônia. Dominados pela presença de terrenos sedimentares, suas altitudes atingem cerca de 800 m, exercendo a função de divisor de águas das bacias dos rios Amazonas, Paraguai e Guaporé.

Planaltos Residuais Norte-Amazônicos - ocupam uma área onde se mesclam terrenos sedimentares e cristalinos, na porção mais setentrional do país, do Amapá até o Amazonas, caracterizando-se em alguns pontos pela definição das fronteiras brasileiras e em outros, pela presença das maiores altitudes do Brasil, como o Pico da Neblina (3014 m), na divisa do estado de Roraima com a Venezuela.

Planaltos Residuais Sul-Amazônicos - também ocupam terrenos onde se mesclam o rochas sedimentares e cristalinas, estendendo-se por uma larga faixa de terras ao sul do Rio Amazonas, desde a porção meridional do Pará até Rondônia. O destaque dessa subunidade é a presença de algumas formações em que são encontradas jazidas minerais de grande porte (é o caso da serra dos Carajás, no Pará).

Planaltos e Serras do Atlântico Leste e Sudeste - ocupam uma larga faixa de terras na porção oriental do país e, em terrenos predominantemente cristalinos, onde observamos a presença de superfícies bastante acidentadas, com sucessivas escarpas de planalto; daí o fato de ser chamada a região de "domínio dos mares de morros". Aí encontramos também formações de elevadas altitudes, como as serras do Mar e da Mantiqueira, que caracterizam este planalto como sendo a "região das terras altas". Na porção mais interior dessas subunidade, em Minas Gerais, encontramos uma importante área rica em minério, na serra do Espinhaço, na região denominada Quadrilátero Ferrífero.

Planaltos Serras de Goiás-Minas - terrenos de formação antiga, predominantemente cristalinos, que se estendem do sul de Tocantins até Minas Gerais, caracterizando-se por formas muito acidentadas que como a serra da Canastra, onde estão as nascentes do rio São Francisco - entremeadas de formas tabulares, como as chapadas nas proximidades do Distrito Federal.

Serras e Residuais do Alto Paraguai - ocupam uma área de rochas cristalinas e rochas sedimentares antigas, que se concentram ao norte e ao sul da grande planície do Pantanal, no oeste brasileiro. Aí, na porção meridional, destaca-se a serra da Bodoquena, onde as altitudes alcançam cerca de 800 m.

Planalto da Borborema - corresponde a uma área de terrenos formados de rochas pré cambrianos e sedimentares antigas, aparecendo na porção oriental no nordeste brasileiro, a leste do estado de Pernambuco, como um grande núcleo cristalino e isolado, atingindo altitudes em torno de 1.000 m.

Planalto Sul-rio-grandense - superfície caracterizada pela presença de rochas de diversas origens geológicas, apresenta um certo predomínio de material pré cambriano. Localiza-se na extremidade meridional do país, no sul do Rio Grande do Sul, onde encontramos as famosas "coxilhas", que são superfícies convexas, caracterizadas por colinas suavemente onduladas, com altitudes inferiores a 450 m.

- Depressões

Depressão da Amazônia Ocidental - corresponde a uma enorme área de origem sedimentar no oeste da Amazônia, com altitudes em torno de 200 m, apresentando uma superfície aplainada, atravessada ao centro pelas águas do rio Amazonas.

Depressão Marginal Norte Amazônia - localizada na porção norte da Amazônia, entre o planalto da Amazônia oriental e os planaltos residuais norte amazônicos, com altitudes que variam entre 200 e 300 m. Com rochas cristalinas e sedimentares antigas, e estende-se entre o litoral do Amapá e a fronteira do estado do Amazonas com a Colômbia.

Depressão Marginal Sul Amazônia - com terrenos predominantemente sedimentares e altitudes variando entre 100 e 400 m, está localizado na porção meridional da Amazônia, intercalando-se com as terras dos planaltos residuais sul amazônicos.

Depressão do Araguaia - acompanha quase todo o vale do rio Araguaia e apresenta terrenos sedimentares, com uma topografia muito plana e altitudes entre 200 e 350 m. Em seu interior encontramos a planície do rio Araguaia.

Depressão Cuiabana - localizada no centro do país, encaixada entre os planaltos da bacia do Paraná, dos Parecis e do alto Paraguai, caracteriza-se pelo predomínio dos terrenos sedimentares de baixa altitude, variando entre 150 e 400 m.

Depressão do Alto Paraguai-Guaporé - superfície caracterizada pelo predomínio das rochas sedimentares, localiza-se entre os rios Jauru e Guaporé, no estado de Mato Grosso.

Depressão do Miranda - atravessada pelo rio Miranda, localiza-se no MS, ao sul do Pantanal. É uma área em que predominam rochas cristalinas pré cambrianas, com altitudes extremamente baixas, entre 100 e 150 m.

Depressão Sertaneja e do São Francisco - ocupam uma extensa faixa de terras que se alonga desde as proximidades do litoral do Ceará e Rio Grande do Norte, até o interior de Minas Gerais, acompanhando quase todo o curso do rio São Francisco. Apresentam variedade de formas e de estruturas geológicas, porém destaca-se a presença do relevo tabular, as chapadas, como as do Araripe (PE-CE) e do Apodi (RN).

Depressão do Tocantins - acompanha todo o trajeto do Rio Tocantins, quase sempre em terrenos de formação cristalinas pré cambriana. Suas altitudes declinam de norte para sul, variando entre 200 e 500 m.

Depressão Periférica da Borda Leste da Bacia do Paraná - caracterizada pelo predomínio dos terrenos sedimentares das eras Paleozoica e Mesozoica, aparece como uma larga faixa de terras, localizada entre as terras dos planaltos da bacia do Paraná e do Atlântico leste e sudeste. Suas altitudes oscilam entre 600 e 700 m.

Depressão Periféricas sul-rio-grandense - ocupam as terras sedimentares drenadas pelas águas do rio Jacuí e do Rio Ibicuí, no Rio Grande do Sul. Caracteriza-se por baixas altitudes, que variam em torno dos 200 m.

- Planícies

Planície do Rio Amazonas - a região das terras baixas amazônicas era considerada uma das maiores planícies do mundo, mas atualmente todo esse espaço divide-se em várias unidades, classificadas como planaltos, depressões e planície. Se considerássemos apenas a origem, seus 1,6 milhões de quilômetros quadrados formariam uma grande planície, pois a origem é sedimentar. Se considerássemos a altimetria, também denominaríamos esta região de planície, pois não ultrapassa 150 m de altitude. Considerando-se, no entanto, o processo erosivo e deposicional, percebemos que mais de 95% dessas terras baixas são, na verdade, planaltos ou depressões de baixa altitude, onde o processo erosivo se sobrepõe ao de sedimentação restando à planície verdadeira uma estreita faixa de terras às margens dos grandes rios da região.

Planície do Rio Araguaia - é uma planície estreita que se estende no sentido norte-sul, margeando o trecho médio do rio Araguaia, em terras dos estados de Goiás e Tocantins. Em seu interior, o maior destaque fica com a ilha do Bananal que, com uma área de cerca de 20.000 km², é a maior ilha fluvial do planeta.

Planície e Pantanal do Rio Guaporé - trata-se de uma faixa bastante estreita de terras planas e muito baixas, que se alonga pelas fronteiras ocidentais do país, penetrando a noroeste, no território boliviano, tendo seu eixo marcado pelas águas do rio Guaporé.

Planície e Pantanal Mato-grossense - corresponde a uma grande área que ocupa porção mais ocidental do Brasil Central. É de formação extremamente recente, datando do período quaternário da era Cenozoica; por isso apresenta altitudes muito modestas, em torno de 100 m acima do nível do mar. É considerada a mais típica planície brasileira, pois está em constante processo de sedimentação. Todo ano, durante o verão, as chuvas aumentam o nível de águas dos rios, que transbordam. Como o declive do relevo é mínimo, o fluxo maior das águas que descem para o Pantanal supera a capacidade de escoamento do rio Paraguai, eixo fluvial que atravessa a planície de norte a sul, ocasionando, então, as grandes enchentes que transformam toda a planície numa enorme área alagada (vem daí o nome "pantanal").

Passado o verão, com a estiagem do inverno, o rio retorna ao seu leito normal, e o Pantanal transforma-se então numa enorme área plana, coberta de campos, como uma planície comum.

Planície da Lagoa dos Patos e Mirim - ocupa quase a totalidade do litoral gaúcho, expandindo-se na porção mais meridional até o território do Uruguai. A originalidade dessa planície está em sua formação predominantemente marinha e lacustres, com mínima participação da deposição de origem fluvial.

Planícies e Tabuleiros Litorâneos - correspondem a inúmeras porções do litoral brasileiro e quase sempre ocupam áreas muito pequenas. Geralmente localizam-se na foz de rios que deságuam no mar, especialmente daqueles de menor porte. Apresentam-se muito largas no litoral norte e quase desaparecem no litoral sudeste. E em trechos do litoral nordestino, essas pequenas planícies apresentam-se intercaladas com áreas de maior elevação as barreiras-, também de origem sedimentar.

Planaltos: Os planaltos são terrenos relativamente planos e situados em áreas de altitude mais elevada. São limitados, pelo menos de um lado, por superfícies mais baixas. No Brasil, são exemplos o Planalto Central Brasileiro, o Planalto Centro-Sul Mineiro, os planaltos da Região Amazônica e os planaltos da bacia sedimentar do Paraná.

Planícies: As planícies são áreas planas ou suavemente onduladas, formadas pela deposição de sedimentos transportados pela ação da água ou do vento, por exemplo. Em geral, encontram-se em regiões de baixa altitude. Por surgirem da deposição de sedimentos inconsolidados (partículas que não se assentaram) vindos de outros locais, são relevos mais recentes que outros. Entre as planícies brasileiras, destacam-se a do Pantanal mato-grossense, a do rio Amazonas e seus principais afluentes e as encontradas no litoral do país.

Depressões: As depressões são um conjunto de relevos planos ou ondulados que ficam abaixo do nível altimétrico (de altitude) das regiões vizinhas. Exemplos de depressão no Brasil podem ser encontrados na Região Amazônica, como as depressões do Acre e do Amapá. Encontram-se ainda na Região Sudeste, onde sítios urbanos aproveitaram as características favoráveis do relevo para a construção de grandes cidades, como São Paulo e Belo Horizonte.

Serras: As serras constituem relevos acidentados, geralmente em forma de cristas (partes altas, seguidas por saliências) e topos aguçados ou em bordas elevadas de planaltos. A Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira são bons exemplos. As chapadas e os tabuleiros são relevos de topo plano formados em rochas sedimentares, normalmente limitados por bordas com inclinações variadas.

Chapadas: As chapadas estão situadas em altitudes medianas a elevadas. São exemplos no Brasil a Chapada Diamantina, as chapadas dos Guimarães e dos Parecis. Os tabuleiros são encontrados em altitudes relativamente baixas, podendo ocorrer nas faixas costeiras e interiores. No litoral, predominam na Região Nordeste e, no interior, na Região Amazônica.

Patamares: Por fim, os patamares são formas planas ou onduladas que constituem superfícies intermediárias ou degraus entre áreas de relevo mais elevado e áreas mais baixas. São encontrados na Região Nordeste entre as depressões sertanejas e a Serra da Borborema e na bacia sedimentar do Paraná, formando degraus entre níveis diferenciados de planaltos.

Hidrografia Brasileira

Definição

A hidrografia é o ramo da geografia física que estuda as águas do planeta, abrangendo, portanto rios, mares, oceanos, lagos, geleiras, água do subsolo e da atmosfera. A grande parte da reserva hídrica mundial (mais de 97%) concentra-se em oceanos e mares, com um volume de 1.380.000.000 km³. Já as águas continentais representam pouco mais de 2% da água do planeta, ficando com um volume em torno de 38.000.000 km³.

Hidrografia do Brasil

O Brasil tem um dos maiores complexos hidrográficos do mundo, apresentando rios com grandes extensões, larguras e profundidades. A maioria dos rios brasileiros nasce em regiões pouco elevadas, com exceção do rio Amazonas e de alguns afluentes que nascem na cordilheira dos Andes. O Brasil possui 8% de toda a água doce que está na superfície da Terra. Além disso, a maior bacia fluvial do mundo, a Amazônica, também fica no Brasil. Somente o rio Amazonas deságua no mar um quinto de toda a água doce que é despejada nos oceanos.

Rios de planalto e de planície

Devido à natureza do relevo, no Brasil predominam os rios de planalto, que apresentam rupturas de declive, vales encaixados, entre outras características, que lhes conferem um alto potencial para a geração de energia elétrica. Enca-

choirados e com muitos desníveis entre a nascente e a foz, os rios de planalto apresentam grandes quedas-d'água. Assim, em decorrência de seu perfil não regularizado, ficam prejudicados no que diz respeito à navegabilidade. Os rios São Francisco e Paraná são os principais rios de planalto.

Em menor quantidade, temos no Brasil os rios que correm nas planícies, sendo usados basicamente para a navegação fluvial, por não apresentarem cachoeiras e saltos em seu percurso. Como exemplo, podem ser citados alguns rios da bacia Amazônica (região Norte) e da bacia Paraguaia (região Centro-Oeste, ocupando áreas do Pantanal Mato-Grossense). Entre os grandes rios nacionais, apenas o Amazonas e o Paraguai são predominantemente de planície e largamente utilizados para a navegação.

Apesar da maioria dos rios brasileiros nunca secar, alguns apresentam características curiosas, como por exemplo, o Jaguaripe (Ceará), que desaparece nas secas, e o Paraguaçu (Bahia), que se torna subterrâneo e depois volta a ficar visível.

Características gerais

- Ocorrência de grande parte dos rios do tipo caudalosos, isso significa cursos com elevado volume de água e que não secam (perene), característica derivada do clima úmido. Somente no sertão nordestino ocorre, em determinadas localidades, rios temporários.
- Domínio principal de foz do tipo estuário e alguns rios com foz do tipo delta.
- Os regimes dos rios brasileiros são de predominância do tipo pluvial, isso quer dizer que os períodos de cheias e vazantes são determinados pela ocorrência de chuvas e secas, influência direta do clima na hidrografia.
- Modesta quantidade de lagos.
- Superioridade de rios que desaguam no mar, nascem no interior do país e percorrem em direção ao oceano, chamado de drenagem do tipo exorreica.
- Grande parte dos rios corre sobre planaltos e depressões, esses são os tipos de relevo que mais se destacam no Brasil, favorecendo a instalação de usinas hidrelétricas.
- Grande parte dos rios brasileiros apresenta regime Tropical Austral, com cheias de verão e vazante no inverno.

Deltas

Os deltas correspondem à foz de um curso de água em que os aluviões fluviais se acumulam em vez de serem redistribuídos pelas vagas e correntes litorais. Deste modo, os deltas caracterizam-se por um avanço da terra em relação ao mar. É justamente esse traço que identifica os deltas. Muitas vezes o rio divide-se em vários braços, mas essa não é uma condição absolutamente necessária. No fundo, um delta representa o oposto de um estuário, porque no caso do delta as ações fluviais, de origem continental, dominam sobre as ações marinhas.

Os deltas atuais são holocénicos, mas sobrepõem-se muitas vezes a deltas mais antigos em locais subsidentes. Ao longo do litoral brasileiro existem áreas de progradação quaternária, a maioria das quais vinculadas a importantes desembocaduras fluviais, enquanto que outras não apresentam qualquer ligação com desembocaduras fluviais, atuais ou pretéritas. Todos os casos até aqui estudados, podem ser explicados pelo modelo de evolução paleogeografia concebido pelos autores, válido para o trecho Macaé (RJ) a Maceió

TÓPICOS RELEVANTES E ATUAIS DE DIVERSAS ÁREAS, TAIS COMO SEGURANÇA, TRANSPORTES, POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE, EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, TECNOLOGIA, ENERGIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ECOLOGIA.

Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas

1- Política/Geopolítica

Avaliando o cenário nacional e internacional ao longo dos últimos cinco anos, não se pode negar os fatores que influenciaram o funcionamento das instituições políticas nas nações, como a própria crise financeira. Esse elemento impulsionou instabilidades políticas, em tempos de insatisfação popular, em meio a protestos contra a situação financeira e agravamento das desigualdades sociais nas nações.

Numa visão mais global, a crise econômica impactou a geração de empregos, trouxe mais pobreza. E uma das medidas de parte dos países, especialmente nações como Grécia ou Espanha, foi recorrer à austeridade fiscal, com impacto na redução de programas sociais, o que trouxe profunda insatisfação popular.

No caso do Brasil, a partir de 2016 é perceptível o quanto a crise política influenciou os negócios e economia, com redução de PIB (Produto Interno Bruto), aumento desemprego, além de fuga de investimentos estrangeiros, entre outras questões. Levando em conta que o próprio agravamento da crise econômica constituiu-se em um cenário também global, não sendo exclusividade do Brasil.



#FicaDica

A crise financeira é um assunto perfeitamente tratado em economia, mas também transita em geopolítica – à medida que influencia a performance nas instituições políticas e impacto nas nações e relação com o mundo, por exemplo.



FIQUE ATENTO!

Esses temas podem trazer questões com textos de apoio (recortes de jornais ou livros), sendo essencial caprichar na interpretação e entendimento do conteúdo para se dar bem. Portanto, mantenha atenção à leitura, parte das respostas pode estar no enunciado.



EXERCÍCIO COMENTADO

Câmara dos Deputados - Analista Legislativo – CES-PE/ 2014.

Da Espanha ao Himalaia, o mundo está cheio de povos que, como o da Crimeia, querem se separar de um Estado ou obter mais autonomia. Existem cerca de setenta movimentos separatistas e secessionistas no mundo, dos quais pouco mais de vinte são ativos. Os primeiros aceitam autonomia dentro de um país. Os segundos só aceitam independência. E o mapa global não para de se transformar: pelo menos trinta novos países emergiram desde o fim da Guerra Fria em 1989, por meio de processo de secessão, nas contas de especialistas.

Globo, 23/3/2014, p.32.

Tendo o fragmento de texto acima como referência inicial e considerando a geopolítica mundial do tempo presente, julgue o item a seguir.

Na Ucrânia, a crise, que se arrastou no tempo, com as multidões ocupando as ruas de sua capital, Kiev, deve-se, entre muitas outras razões, à estratégica opção pela aproximação com a União Soviética ou a integração à União Europeia.

- () certo
() errado

Resposta: Certo. O embate interno Ucrânia ocorreu basicamente devido ao conflito entre grupos favoráveis a uma aproximação do país com a União Europeia, o que no entendimento deles traria estabilidade à nação, contra grupos defensores de aliança com a Rússia, tradicional nação aliada, desde os tempos de União Soviética.

2-Economia

Entre 2015 e 2016, a economia brasileira passou por tempos críticos de recessão, atendendo uma tendência mundial. Esse cenário também atingiu outros mercados globais, com impacto na geração de emprego e aumento da pobreza e desigualdade social.

No Brasil, houve encolhimento do PIB (Produto Interno Bruto) e redução do poder de compra da população. Em anos anteriores, a chamada classe C enfrentou tempos de apogeu com política de incentivo de crédito até a chegada da crise, a partir de 2015.

Em 2018, é perceptível uma melhora quanto à economia e PIB nacional, mesmo que de forma lenta. Setores como serviços e construção, por exemplo, têm registrado índices positivos gradualmente desde o final de 2017.



#FicaDica

Acompanhe sempre esses indicativos quanto ao crescimento ou encolhimento do PIB, observando a performance dos anos anteriores. Esse monitoramento contribui para instaurar de forma natural maior proximidade com o tema, pois questões relativas à economia sempre carregam a sensação de serem complexas demais. E isso não deve ocorrer, é preciso entender que esse assunto está ligado à realidade das pessoas.



FIQUE ATENTO!

Muitas vezes a resposta é fácil e óbvia, mas propositalmente a banca elabora uma pergunta aparentemente mais difícil. Então, a solução é tentar captar a essência da questão e perguntar a si mesmo o que ela propõe.



EXERCÍCIO COMENTADO

Câmara dos Deputados - Analista Legislativo - CES-PE /2014. Quatro gigantes do agronegócio — Bunge, Cargill, Maggi e Dreyfus — mais a estruturadora de negócios Estação da Luz Participações pretendem associar-se para criar uma empresa de logística que participará dos leilões de concessão de ferrovias. Juntas, elas respondem por 70% das exportações de grãos do país. Essas empresas estão dispostas a construir e operar novas linhas em Mato Grosso. O alvo principal da sociedade, porém, é atuar como transportadora independente de carga ferroviária, uma figura que não existe hoje no Brasil, mas será criada com base no novo modelo para ferrovias proposto pelo governo.

O Estado de S.Paulo, 23/3/2014, p. B1.

Tendo o fragmento de texto acima como referência inicial e considerando o tema por ele abordado — a inserção econômica internacional do Brasil e as características essenciais do atual estágio da economia global —, julgue o item seguinte.

A inserção econômica internacional do Brasil tem sido facilitada pela disposição do país em participar de blocos econômicos bem estruturados, como o MERCOSUL e o Pacto Andino, com grande capacidade de produzir e de ganhar largas fatias do mercado mundial e que abandonaram, há tempos, atitudes protecionistas.

- () certo
() errado

Resposta: Errado. Note que uma das questões mais impactantes quando se trata de blocos econômicos é o protecionismo. Nessas negociações, cada nação avalia o que é vantajoso para si e o que não impacta de forma negativa em seu mercado interno. Entre 2017 e 2018, por exemplo, o Mercosul enfrentou atitudes protecionistas da Europa e Estados Unidos quanto à exportação de seus produtos para esses mercados.

3- Desenvolvimento Sustentável e Ecologia

As questões relativas à sustentabilidade e ecologia são bastante tratadas nos concursos ao longo dos anos. É um tema complexo e considerado uma das prioridades para humanidade, como abordado em conferências e comissões ambientais aprovadas por órgãos como a ONU.

Desde a Conferência Rio-92, considerado um marco para o ambientalismo no planeta, a sociedade tem abordado cada vez mais a necessidade de apoiar e implementar políticas de preservação ambiental. Nesse contexto, iniciou debate sobre sustentabilidade quanto ao consumo, produção e forma de se relacionar com a Terra.

A sustentabilidade também chegou ao meio corporativo, as empresas se engajaram nessa tendência, que acarreta reputação às organizações, à medida que se discute a urgência e necessidade de focar em ações ambientalmente corretas. E nesse contexto, surge cobrança, por parte de órgãos ambientais e sociedade, em relação às nações, para que cooperem com os tratados climáticos com intuito de combater o aquecimento global.



#FicaDica

É importante ter noção sobre conferências e acordos ambientais marcantes, como: Eco-92, Rio+20 e Protocolo de Kyoto.



FIQUE ATENTO!

Questões sobre meio ambiente e sustentabilidade, nem sempre, focam apenas em preservação ambiental diretamente, como índices de desmatamento nas florestas e poluição, mas podem abordar o papel das nações em relação ao compromisso nessas questões urgentes. Tem a ver com a reputação e responsabilidade do país quanto à degradação ambiental. Estados Unidos e China, por exemplo, são bem criticados por fazerem o mínimo, em relação ao tema, na opinião de organizações ligadas à causa ambiental.

EXERCÍCIO COMENTADO

Polícia Federal – Agente de Polícia Federal - CESPE /2014. Um homem australiano foi considerado o primeiro criminoso a ser condenado por pedofilia no mundo depois de cair em uma armadilha tecnológica e propor sexo a uma menina virtual de nove anos. A polícia de uma cidade australiana, que o monitorava, usou uma personagem de computação gráfica, criada por uma ONG holandesa, para atraí-lo. O criminoso fez ofertas sexuais, despiu-se e enviou imagens suas sem roupa para a suposta criança em uma sala de bate-papo sobre sexo na Internet.

O Globo, 22/10/2014, p. 29 (com adaptações).

Tendo o fragmento de texto acima como referência e considerando a amplitude do tema que ele aborda, julgue os itens subsequentes.

As organizações não governamentais, como a mencionada no texto, intensificaram sua atuação a partir das décadas finais do século passado. Por atuarem em setores diversificados — como meio ambiente, educação, alimentação e cultura —, essas organizações refletem o posicionamento de crescentes setores da sociedade mundial em defesa da cidadania e da vida no planeta.

- () certo
() errado

Resposta: Certo. Questões urgentes como ambientalismo e direitos humanos fomentam o surgimento de organizações sem fins lucrativos dispostas a contribuir com essas causas. Hoje, existem milhões de ONGs focadas em preservação ambiental, sustentabilidade e direitos humanos, direitos individuais, entre outras questões urgentes para a humanidade.

SEDF – Educação –CESPE /2014. A transformação é complexa, mas obrigatória. Nas próximas décadas, ao que tudo indica, todos os centros urbanos do planeta serão obrigados a conviver com as consequências inevitáveis das mudanças climáticas. Se eventos antes excepcionais se tornarem de fato corriqueiros, as cidades despreparadas correrão o risco de entrar em colapso. Como a maior parte da atual infraestrutura urbana não foi originalmente pensada para suportar esse impacto, a palavra do momento é adaptação.

O Globo. Caderno Amanhã, 25/2/2014, p. 12 (com adaptações).

Considerando o fragmento de texto acima e os múltiplos aspectos por ele suscitados, julgue o próximo item no que se refere aos processos de urbanização e de mudança climática.

Entre as consequências atribuídas às mudanças climáticas incluem-se temperaturas extremas, chuvas torrenciais e grandes inundações.

- () certo
() errado

Resposta: Certo. Muitos relatórios e pesquisas científicas já comprovaram o quanto as alterações climáticas e aquecimento global têm contribuído para mudanças sensíveis no planeta. As quatro estações do ano são marcadas por aumento de temperatura e chuvas torrenciais ao redor do mundo, além de muitas inundações. As previsões para as próximas décadas são pessimistas, caso o planeta não consiga reduzir os impactos da degradação ambiental.

SEDF – Educação –CESPE /2014.

A transformação é complexa, mas obrigatória. Nas próximas décadas, ao que tudo indica, todos os centros urbanos do planeta serão obrigados a conviver com as consequências inevitáveis das mudanças climáticas. Se eventos antes excepcionais se tornarem de fato corriqueiros, as cidades despreparadas correrão o risco de entrar em colapso. Como a maior parte da atual infraestrutura urbana não foi originalmente pensada para suportar esse impacto, a palavra do momento é adaptação.

O Globo. Caderno Amanhã, 25/2/2014, p. 12 (com adaptações).

Considerando o fragmento de texto acima e os múltiplos aspectos por ele suscitados, julgue o próximo item no que se refere aos processos de urbanização e de mudança climática.

Conforme atestam recentes estudos científicos, o aumento do nível do mar é um fenômeno de ocorrência improvável, ainda que tenha sido constatado aumento da temperatura média do planeta.

- () certo
() errado Parte superior do formulário

Resposta: Errado. Muitos relatórios apontam justamente o posto, como o aumento do nível do mar, com derretimento de camadas de gelo no planeta – um dos impactos do aquecimento global. Tudo isso pode contribuir com desastres ambientais.

4-Tecnologia

A tecnologia tem influenciado decisivamente a sociedade nas relações entre as pessoas e o mundo. Os dispositivos eletrônicos e redes sociais estabeleceram novas configurações relativas às formas de interação, que impactaram profundamente a sociedade. A regra que predomina é a seguinte: viver em uma aldeia global cada vez mais conectada.

As inovações tecnológicas promoveram descobertas de vacinas para combater algumas doenças, além de muitas outras questões para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Contudo foram estabelecidos novos padrões e prioridades, como o celular – um mecanismo cada vez mais importante e prioritário.

Cada vez mais o indivíduo se vincula à tela do dispositivo em uma dinâmica solitária e de pouca interação com o mundo exterior. As críticas em relação às tecnologias, sobretudo redes sociais, é justamente a intensificação dessa individualidade e falta de conexão com mundo real.



#FicaDica

Redes sociais e novos dispositivos são temas ainda bastante abordados nos concursos. É importante estar por dentro das principais novidades relativas a esse contexto.



FIQUE ATENTO!

Muitas questões de tecnologia abordam novidades científicas e temas relativos a notícias espaciais e Nasa, a agência espacial dos Estados Unidos, como na questões comentada abaixo. Vale ficar de olho!



EXERCÍCIO COMENTADO

MPO – Analista em Tecnologia da Informação - CESPE/ 2015.

Impressiona a velocidade com que surgem novas tecnologias; algumas delas, pouco úteis; outras, revolucionárias. Julgue o item seguinte, sobre acontecimentos referentes a tecnologias.

Após treze anos de uso contínuo, a Estação Espacial Internacional, uma iniciativa multinacional, foi desativada porque suas estruturas alcançaram o limite da vida útil.

- () certo
() errado

Resposta: Errado. A desativação da estação espacial não ocorreu ainda foi prorrogada para até ao menos 2028. A unidade está em operação desde 1998. Caso seja desativada, a estação não contará com incentivos e orçamento do governo.

5-Sociedade

Ao longo dos séculos, a sociedade mundial enfrentou dilemas e diversas questões que moldaram sua forma de enxergar e se relacionar com o mundo. Houve períodos turbulentos marcados por opressão e conflitos, assim como períodos inspiradores, como descobertas e perspectivas que fizeram a história da humanidade.

A sociedade do século 21 é bastante multifacetada e diversa, em meio às novas tecnologias e acesso a informações com muito mais facilidade do que antes. As pessoas de hoje seguramente têm contato com mais conhecimento do que outras gerações.

São tempos marcados pela informação, mas além disso, a sociedade lida com questões desafiantes, como aproveitar da melhor forma o acesso a esse conteúdo, sem ser imediatista. Aliás, a característica mais marcante da sociedade atual é justamente o imediatismo, que invoca informações resumidas e perda da habilidade de refletir com profundidade, sem cair no superficialismo.

Contudo existem outros fatores a serem observados, a sociedade do século 21 também é marcada pelo crescimento de um ativismo em questões antes pouco debatidas décadas atrás, como o meio ambiente, direitos humanos e causa LGBT, só para citar algumas questões. É notável que existem mais ONGs e grupos dispostos a defender essas causas.



#FicaDica

Fique de olho em surgimento de movimentos e tendências características da sociedade atual. Isso inclui redes sociais, ativismo, padrões comportamentais, relações humanizadas e outras opções.



FIQUE ATENTO!

Uma das maneiras mais eficazes para se dar bem em questões com abordagem desse tema é observar. Faça uma leitura das relações hoje, da forma como as pessoas encaram a vida e das questões mais desafiantes para a sociedade atual.



EXERCÍCIO COMENTADO

SEDF – Educação – CESPE / 2014.

A transformação é complexa, mas obrigatória. Nas próximas décadas, ao que tudo indica, todos os centros urbanos do planeta serão obrigados a conviver com as consequências inevitáveis das mudanças climáticas. Se eventos antes excepcionais se tornarem de fato corriqueiros, as cidades despreparadas correrão o risco de entrar em colapso. Como a maior parte da atual infraestrutura urbana não foi originalmente pensada para suportar esse impacto, a palavra do momento é adaptação.

O Globo. Caderno Amanhã, 25/2/2014, p. 12 (com adaptações).

Considerando o fragmento de texto acima e os múltiplos aspectos por ele suscitados, julgue o próximo item no que se refere aos processos de urbanização e de mudança climática. A moderna industrialização, fruto da Revolução Industrial, impulsionou o processo de urbanização, fenômeno marcante do mundo contemporâneo.

- () certo
() errado

Resposta: Certo. A Revolução Industrial faz parte de um dos eventos mais importantes e impactantes na história da humanidade. Os processos de industrialização trouxeram aumento populacional e, consequentemente, a urbanização nos grandes centros, com surgimento das metrópoles. E em meio às novas relações de trabalho, sob esse aspecto, a sociedade começou a questionar a precariedade nas empresas, a exploração da mão de obra e baixos salários.

NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL (AMBIENTES LINUX E WINDOWS 7, 8 E 10).

Linux

O Linux é um sistema operacional inicialmente baseado em comandos, mas que vem desenvolvendo ambientes gráficos de estruturas e uso similares ao do Windows. Apesar desses ambientes gráficos serem cada vez mais adotados, os comandos do Linux ainda são largamente empregados, sendo importante seu conhecimento e estudo.

Outro termo muito usado quando tratamos do Linux é o *kernel*, que é uma parte do sistema operacional que faz a ligação entre *software* e máquina, é a camada de *software* mais próxima do *hardware*, considerado o núcleo do sistema. O Linux teve início com o desenvolvimento de um pequeno *kernel*, desenvolvido por Linus Torvalds, em 1991, quando era apenas um estudante finlandês. Ao *kernel* que Linus desenvolveu, deu o nome de Linux. Como o *kernel* é capaz de fazer gerenciamentos primários básicos e essenciais para o funcionamento da máquina, foi necessário desenvolver módulos específicos para atender várias necessidades, como por exemplo um módulo capaz de utilizar uma placa de rede ou de vídeo lançada no mercado ou até uma interface gráfica como a que usamos no Windows.

Uma forma de atender a necessidade de comunicação entre *kernel* e aplicativo é a chamada do sistema (*System Call*), que é uma interface entre um aplicativo de espaço de usuário e um serviço que o *kernel* fornece.

Como o serviço é fornecido no *kernel*, uma chamada direta não pode ser executada; em vez disso, você deve utilizar um processo de cruzamento do limite de espaço do usuário/*kernel*.

No Linux também existem diferentes run levels de operação. O run level de uma inicialização padrão é o de número 2.

Como o Linux também é conhecido por ser um sistema operacional que ainda usa muitos comandos digitados, não poderíamos deixar de falar sobre o Shell, que é justamente o programa que permite ao usuário digitar comandos que sejam inteligíveis pelo sistema operacional e executem funções.

No MS DOS, por exemplo, o Shell era o *command.com*, através do qual podíamos usar comandos como o *dir*, *cd* e outros. No Linux, o Shell mais usado é o *Bash*, que, para usuários comuns, aparece com o símbolo \$, e para o *root*, aparece como símbolo #.

Temos também os termos usuário e superusuário. Enquanto ao usuário é dada a permissão de utilização de comandos simples, ao superusuário é permitido configurar quais comandos os usuários podem usar, se eles podem apenas ver ou também alterar e gravar diretórios, ou seja, ele atua como o administrador do sistema. O diretório padrão que contém os programas utilizados pelo superusuário para o gerenciamento e a manutenção do sistema é o **/sbin**.

/bin - Comandos utilizados durante o boot e por usuários comuns.

/sbin - Como os comandos do **/bin**, só que não são utilizados pelos usuários comuns.

Por esse motivo, o diretório *sbin* é chamado de superusuário, pois existem comandos que só podem ser utilizados nesse diretório. É como se quem estivesse no diretório *sbin* fosse o administrador do sistema, com permissões especiais de inclusões, exclusões e alterações.

Comandos básicos

Iniciaremos agora o estudo sobre vários comandos que podemos usar no Shell do Linux:

- addgroup - adiciona grupos
- adduser - adiciona usuários
- apropos - realiza pesquisa por palavra ou string
- cat - mostra o conteúdo de um arquivo binário ou texto
- cd - entra num diretório (exemplo: *cd docs*) ou retorna

para home

cd <pasta> - vai para a pasta especificada. exemplo: *cd /usr/bin/*

- chfn - altera informação relativa a um utilizador
- chmod - altera as permissões de arquivos ou diretórios.

É um comando para manipulação de arquivos e diretórios que muda as permissões para acesso àqueles. por exemplo, um diretório que poderia ser de escrita e leitura, pode passar a ser apenas leitura, impedindo que seu conteúdo seja alterado.

-chown - altera a propriedade de arquivos e pastas (dono)

- clear - limpa a tela do terminal

-cmd > txt - adiciona o resultado do comando (cmd) ao fim do arquivo (txt)

- cp - copia diretórios 'cp -r' copia recursivamente
- df - reporta o uso do espaço em disco do sistema de arquivos

- dig - testa a configuração do servidor DNS

- dmesg - exibe as mensagens da inicialização (log)

- du - exibe estado de ocupação dos discos/partições

-du -msh - mostra o tamanho do diretório em megabytes

- env - mostra variáveis do sistema

- exit - sair do terminal ou de uma sessão de root.

-/etc - É o diretório onde ficam os arquivos de configuração do sistema

- /etc/skel - É o diretório onde fica o padrão de arquivos para o diretório Home de novos usuários.

- fdisk -l - mostra a lista de partições.

- find - comando de busca ex: *find ~/ -cmin -3*

- find - busca arquivos no disco rígido.

- halt -p - desligar o computador.

- head - mostra as primeiras 10 linhas de um arquivo

-history - mostra o histórico de comandos dados no terminal.

-ifconfig - mostra as interfaces de redes ativas e as informações relacionadas a cada uma delas

-iptraf - analisador de tráfego da rede com interface gráfica baseada em diálogos

-kill - manda um sinal para um processo. Os sinais SIGTERM e SIGKILL encerram o processo.

- kill -9 xxx - mata o processo de número xxx.

- killall - manda um sinal para todos os processos.
- less - mostra o conteúdo de um arquivo de texto com controle
- ls - listar o conteúdo do diretório
- ls -alh - mostra o conteúdo detalhado do diretório
- ls -ltr - mostra os arquivos no formato longo (l) em ordem inversa (r) de data (t)
- man - mostra informações sobre um comando
- mkdir - cria um diretório. É um comando utilizado na raiz do Linux para a criação de novos diretórios.

Na imagem a seguir, no prompt ftp, foi criado o diretório chamado "myfolder".

```

ftp> dir
200 PORT command successful.
150 Opening ASCII mode data connection for /bin/ls.
02-09-01 11:32AM 1959 customers_email.cfm
02-09-01 11:33AM 22 default.htm
02-09-01 11:34AM 0 myfile2.txt
226 Transfer complete.
ftp: 164 bytes received in 0.01Seconds 16.40Kbytes/sec.
ftp> mkdir myfolder
257 MKD command successful.
ftp> dir
200 PORT command successful.
150 Opening ASCII mode data connection for /bin/ls.
02-09-01 11:32AM 1959 customers_email.cfm
02-09-01 11:33AM 22 default.htm
02-09-01 11:34AM 0 myfile2.txt
02-09-01 11:50AM <DIR> myfolder
226 Transfer complete.
ftp: 213 bytes received in 0.01Seconds 21.30Kbytes/sec.
ftp>
  
```

Figura 22: Prompt "ftp"

- mount - montar partições em algum lugar do sistema.
- mtr - mostra rota até determinado IP
- mv - move ou renomeia arquivos e diretórios
- nano - editor de textos básico.
- nfs - sistema de arquivos nativo do sistema operacional Linux, para o compartilhamento de recursos pela rede
- netstat - exibe as portas e protocolos abertos no sistema.
- nmap - lista as portas de sistemas remotos/locais atrás de portas abertas.
- nslookup - consultas a serviços DNS
- nssysv - exibe e configura os processos de inicialização
- passwd - modifica senha (password) de usuários
- ps - mostra os processos correntes
- ps -aux - mostra todos os processos correntes no sistema
- ps -e - lista os processos abertos no sistema.
- pwd - exibe o local do diretório atual. o prompt padrão do Linux exibe apenas o último nome do caminho do diretório atual. para exibir o caminho completo do diretório atual digite o comando pwd. Linux@fedora11 - é a versão do Linux que está sendo usada. help pwd - é o comando que nos mostrará o conteúdo da ajuda sobre o pwd. A informação do help nos mostra-nos que pwd imprime o nome do diretório atual.
- reboot - reiniciar o computador.
- recode - recodifica um arquivo ex: recode iso-8859-15.. utf8 file_to_change.txt
- rm - remoção de arquivos (também remove diretórios)
- rm -rf - exclui um diretório e todo o seu conteúdo
- rmdir - exclui um diretório (se estiver vazio)
- route - mostra as informações referentes às rotas
- shutdown -r now - reiniciar o computador
- split - divide um arquivo

-smbpasswd - No sistema operacional Linux, na versão samba, smbpasswd permite ao usuário alterar sua senha criptografada smb que é armazenada no arquivo smbpasswd (normalmente no diretório privado sob a hierarquia de diretórios do samba). os usuários comuns só podem executar o comando sem opções. Ele os levará para que sua senha velha smb seja digitada e, em seguida, pedir-lhes sua nova senha duas vezes, para garantir que a senha foi digitada corretamente. Nenhuma senha será mostrada na tela enquanto está sendo digitada.

- su - troca para o superusuário root (é exigida a senha)
- su user - troca para o usuário especificado em 'user' (é exigida a senha)
- tac - semelhante ao cat, mas inverte a ordem
- tail - o comando tail mostra as últimas linhas de um arquivo texto, tendo como padrão as 10 últimas linhas. Sua sintaxe é: tail nome_do_arquivo. Ele pode ser acrescentado de alguns parâmetros como o -n que mostra o [numero] de linhas do final do arquivo; o -c [numero] que mostra o [numero] de bytes do final do arquivo e o -f que exibe continuamente os dados do final do arquivo à medida que são acrescentados.
- tcpdump sniffer - sniffer é uma ferramenta que "ouve" os pacotes
- top - mostra os processos do sistema e dados do processador.
- touch touch foo.txt - cria um arquivo foo.txt vazio; também altera data e hora de modificação para agora
- traceroute - traça uma rota do host local até o destino mostrando os roteadores intermediários
- umount - desmontar partições.
- uname -a - informações sobre o sistema operacional
- userdel - remove usuários
- vi - editor de ficheiros de texto
- vim - versão melhorada do editor supracitado
- which - mostra qual arquivo binário está sendo chamado pelo shell quando chamado via linha de comando
- who - informa quem está logado no sistema

Não são só comandos digitados via teclado que podemos executar no Linux. Várias versões foram desenvolvidas e o *kernel* evoluiu muito. Sobre ele rodam as mais diversas interfaces gráficas, baseadas principalmente no servidor de janelas XFree. Entre as mais de vinte interfaces gráficas criadas para o Linux, vamos citar o KDE.

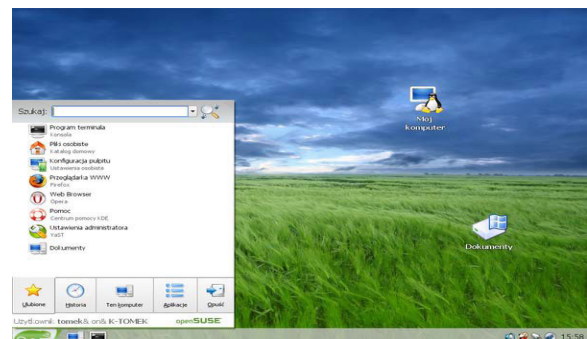


Figura 23: Menu K, na versão Suse - imagem obtida de http://pt.wikibooks.org/wiki/Linux_para_iniciantes/A_interface_gr%C3%A1fica_KDE

Um dos motivos que ainda desestimula várias pessoas a adotarem o Linux como seu sistema operacional é a quantidade de programas compatíveis com ele, o que vem sendo solucionado com o passar do tempo. Sua interface familiar, semelhante ao do Windows, tem ajudado a aumentar os adeptos ao Linux.

Distribuição Linux é um sistema operacional que utiliza o núcleo (kernel) do Linux e outros softwares. Existem várias versões do Linux (comerciais ou não): Ubuntu, Debian, Fedora, etc. Cada uma com suas vantagens e desvantagens. O que torna a escolha de uma distribuição bem pessoal.

Distribuições são criadas, normalmente, para atender razões específicas. Por exemplo, existem distribuições para rodar em servidores, redes - onde a segurança é prioridade - e, também, computadores pessoais.

Assim, não é possível dizer qual é a melhor distribuição. Pois, depende da finalidade do seu computador.

Sistema de arquivos: organização e gerenciamento de arquivos, diretórios e permissões no Linux

Dependendo da versão do Linux é possível encontrar gerenciadores de arquivos diferentes. Por exemplo, no Linux Ubuntu, encontramos o Nautilus, que permite a cópia, recorte, colagem, movimentação e organização dos arquivos e pastas. No Linux, vale lembrar que os dispositivos de armazenamento não são nomeados por letras.

Por exemplo, no Windows, se você possui um HD na máquina, ele recebe o nome de C. Se possui dois HDs, um será o C e o outro o E. Já no Linux, tudo fará parte de um mesmo sistema da mesma estrutura de pastas.

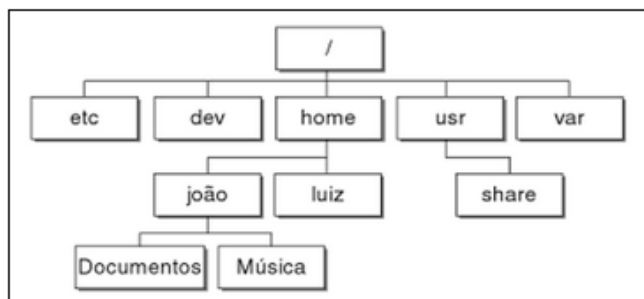


Figura 24: Linux – Fonte: O Livro Oficial do Ubuntu

As principais pastas do Linux são:

/etc - possui os arquivos gerais de configuração do sistema e dos programas instalados.

/home - cada conta de usuário possui um diretório salvo na pasta home.

/boot - arquivos de carregamento do sistema, incluindo configuração do gerenciador de boot e o kernel.

/dev - onde ficam as entradas das placas de dispositivos como rede, som, impressoras.

/lib - bibliotecas do sistema.

/media - possui a instalação de dispositivos como drive de CD, pen drives e outros.

/opt - usado por desenvolvedores de programas.

/proc - armazena informações sobre o estado atual do sistema.

/root - diretório do superusuário.

O **gerenciamento de arquivos e diretórios**, ou seja, copiar, mover, recortar e colar pode ser feito, julgando que estamos usando o Nautilus, da seguinte forma:

- Copiar: clique com o botão direito do mouse sobre o arquivo ou diretório. O conteúdo será movido para a área de transferência, mas o original permanecerá no local.

- Recortar: clique com o botão direito do mouse sobre o arquivo ou diretório. O conteúdo será movido para a área de transferência, sendo removido do seu local de origem.

- Colar: clique com o botão direito do mouse no local desejado e depois em colar. O conteúdo da área de transferência será colado.

Outra forma é deixar a janela do local de origem do arquivo aberta e abrir outra com o local de destino. Pressionar o botão esquerdo do mouse sobre o arquivo desejado e movê-lo para o destino.

Instalar, remover e atualizar programas

Para instalar ou remover um programa, considerando o Linux Ubuntu, podemos utilizar a ferramenta Adicionar/Remover Aplicações, que possibilita a busca de drives pela Internet. Esta ferramenta é encontrada no menu Aplicações, Adicionar/Remover.

Na parte superior da janela encontramos uma linha de busca, na qual podemos digitar o termo do aplicativo desejado. Ao lado da linha de pesquisa temos a configuração de mostrar apenas os itens suportados pelo Ubuntu.

O lado esquerdo lista todas as categorias de programas. Quando uma categoria é selecionada sua descrição é mostrada na parte de baixo da janela. Como exemplos de categorias podemos citar: Acessórios, Educacionais, Jogos, Gráficos, Internet, entre outros.

Manipulação de hardware e dispositivos

A manipulação de hardware e dispositivos pode ser feita no menu Locais, Computador, através do qual acessamos a lista de dispositivos em execução. A maioria dos dispositivos de hardware instalados no Linux Ubuntu são simplesmente instalados. Quando se trata de um pen drive, após sua conexão física, aparecerá uma janela do gerenciador de arquivos exibindo o conteúdo do dispositivo. É importante, porém, lembrar-se de desmontar corretamente os dispositivos de armazenamento e outros antes de encerrar seu uso. No caso do pen drive, podemos clicar com o botão direito do mouse sobre o ícone localizado na área de trabalho e depois em Desmontar.

Agendamento de tarefas

O agendamento de tarefas no Linux Ubuntu é realizado pelo agendador de tarefas chamado cron, que permite estipular horários e intervalos para que tarefas sejam executadas. Ele permite detalhar comandos, data e hora que ficam em um arquivo chamado crontab, arquivo de texto que armazena a lista de comandos a serem acionados no horário e data estipulados.

Administração de usuários e grupos no Linux

Antes de iniciarmos, entendamos dois termos:

- superusuário: é o administrador do sistema. Ele tem acesso e permissão para executar todos os comandos.
- usuário comum: tem as permissões configuradas pelo superusuário para o grupo em que se encontra.

Um usuário pode fazer parte de vários grupos e um grupo pode ter vários usuários. Dessa forma, podemos atribuir permissões aos grupos e colocar o usuário que desejamos que tenha determinada permissão no grupo correspondente.

Comandos básicos para grupos

- Para criar grupos: `sudo groupadd nomegrupo`
- Para criar um usuário no grupo: `sudo useradd -g nomegrupo nomeusuario`
- Definir senha para o usuário: `sudo password nomeusuario`
- Remover usuário do sistema: `sudo userdel nomeusuario`

Permissões no Linux

Vale lembrar que apenas o superusuário (root) tem acesso irrestrito aos conteúdos do sistema. Os outros dependem de sua permissão para executar comandos. As permissões podem ser sobre tipo do arquivo, permissões do proprietário, permissões do grupo e permissões para os outros usuários.

Diretórios são designados com a letra 'd' e arquivos comuns com o '-'.

Alguns dos comandos utilizados em permissões são:

- ls -l Lista diretórios e suas permissões rw- permissões do proprietário do grupo
- r- permissões do grupo ao qual o usuário pertence r-
- permissão para os outros usuários

As permissões do Linux são: leitura, escrita e execução.

- Leitura: (r, de Read) permite que o usuário apenas veja, ou seja, leia o arquivo.

- Gravação, ou escrita: (w, de Write) o usuário pode criar e alterar arquivos.

- Execução: (x, de eXecution) o usuário pode executar arquivos.

Quando a permissão é acompanhada com o '-', significa que ela não é atribuída ao usuário.

Compactação e descompactação de arquivos

Comandos básicos para compactação e descompactação de arquivos:

gunzip [opções] [arquivos] descompacta arquivos compactados com gzip.

gzexe [opções] [arquivos] compacta executáveis.

gunzip [opções] [arquivos] descompacta arquivos. **zcat [opções] [arquivos]** descompacta arquivos.

Backup

Comandos básicos para backups

tar agrupa vários arquivos em somente um.

compress faz a compressão de arquivos padrão do Unix.

uncompress descompacta arquivos compactados pelo `compress`.

zcat permite visualizar arquivos compactados pelo `compress`.

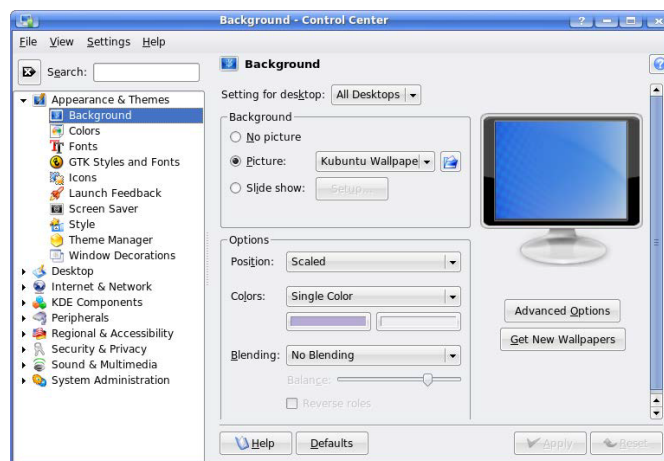


Figura 25: Centro de controle do KDE imagem obtida de http://pt.wikibooks.org/wiki/Linux_para_iniciantes/A_interface_gr%C3%A1fica_KDE

Como no Painel de controle do Windows, temos o centro de controle do KDE, que nos permite personalizar toda a parte gráfica, fontes, temas, ícones, estilos, área de trabalho e ainda Internet, periféricos, acessibilidade, segurança e privacidade, som e configurações para o administrador do sistema.

Windows

O Windows assim como tudo que envolve a informática passa por uma atualização constante, os concursos públicos em seus editais acabam variando em suas versões, por isso vamos abordar de uma maneira geral tanto as versões do Windows quanto do Linux.

O Windows é um Sistema Operacional, ou seja, é um software, um programa de computador desenvolvido por programadores através de códigos de programação. Os Sistemas Operacionais, assim como os demais softwares, são considerados como a parte lógica do computador, uma parte não palpável, desenvolvida para ser utilizada apenas quando o computador está em funcionamento. O Sistema Operacional (SO) é um programa especial, pois é o primeiro a ser instalado na máquina.

PROF. MA. BRUNA PINOTTI GARCIA OLIVEIRA

Advogada e pesquisadora. Doutoranda em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília – UNB. Mestre em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM) – bolsista CAPES. Professora de curso preparatório para concursos e universitária da Universidade Federal de Goiás – UFG. Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, anais de eventos e livros, notadamente na área do direito eletrônico, dos direitos humanos e do direito constitucional.

1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

1.1. TÍTULO II – DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: CAPÍTULO I – DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS; E CAPÍTULO II – DOS DIREITOS SOCIAIS;

O título II da Constituição Federal é intitulado “Direitos e Garantias fundamentais”, gênero que abrange as seguintes espécies de direitos fundamentais: direitos individuais e coletivos (art. 5º, CF), direitos sociais (genericamente previstos no art. 6º, CF), direitos da nacionalidade (artigos 12 e 13, CF) e direitos políticos (artigos 14 a 17, CF).

Em termos comparativos à clássica divisão tridimensional dos direitos humanos, os direitos individuais (maior parte do artigo 5º, CF), os direitos da nacionalidade e os direitos políticos se encaixam na primeira dimensão (direitos civis e políticos); os direitos sociais se enquadram na segunda dimensão (direitos econômicos, sociais e culturais) e os direitos coletivos na terceira dimensão. Contudo, a enumeração de direitos humanos na Constituição vai além dos direitos que expressamente constam no título II do texto constitucional.

Os direitos fundamentais possuem as seguintes características principais:

a) **Historicidade:** os direitos fundamentais possuem antecedentes históricos relevantes e, através dos tempos, adquirem novas perspectivas. Nesta característica se enquadra a noção de dimensões de direitos.

b) **Universalidade:** os direitos fundamentais pertencem a todos, tanto que apesar da expressão restritiva do *caput* do artigo 5º aos brasileiros e estrangeiros residentes no país tem se entendido pela extensão destes direitos, na perspectiva de prevalência dos direitos humanos.

c) **Inalienabilidade:** os direitos fundamentais não possuem conteúdo econômico-patrimonial, logo, são intransferíveis, inegociáveis e indisponíveis, estando fora do comércio, o que evidencia uma limitação do princípio da autonomia privada.

d) **Irrenunciabilidade:** direitos fundamentais não podem ser renunciados pelo seu titular devido à fundamentalidade material destes direitos para a dignidade da pessoa humana.

e) **Inviolabilidade:** direitos fundamentais não podem deixar de ser observados por disposições infraconstitucionais ou por atos das autoridades públicas, sob pena de nulidades.

f) **Indivisibilidade:** os direitos fundamentais compõem um único conjunto de direitos porque não podem ser analisados de maneira isolada, separada.

g) **Imprescritibilidade:** os direitos fundamentais não se perdem com o tempo, não prescrevem, uma vez que são sempre exercíveis e exercidos, não deixando de existir pela falta de uso (prescrição).

h) **Relatividade:** os direitos fundamentais não podem ser utilizados como um escudo para práticas ilícitas ou como argumento para afastamento ou diminuição da responsabilidade por atos ilícitos, assim estes direitos não são ilimitados e encontram seus limites nos demais direitos igualmente consagrados como humanos.

1) Direitos e deveres individuais e coletivos.

O capítulo I do título II é intitulado “direitos e deveres individuais e coletivos”. Da própria nomenclatura do capítulo já se extrai que a proteção vai além dos direitos do indivíduo e também abrange direitos da coletividade. A maior parte dos direitos enumerados no artigo 5º do texto constitucional é de direitos individuais, mas são incluídos alguns direitos coletivos e mesmo remédios constitucionais próprios para a tutela destes direitos coletivos (ex.: mandado de segurança coletivo).

1.1) Direitos e garantias

Não obstante, o capítulo vai além da proteção dos direitos e estabelece garantias em prol da preservação destes, bem como remédios constitucionais a serem utilizados caso estes direitos e garantias não sejam preservados. Neste sentido, dividem-se em direitos e garantias as previsões do artigo 5º: os direitos são as disposições declaratórias e as garantias são as disposições assecuratórias.

O legislador muitas vezes reúne no mesmo dispositivo o direito e a garantia, como no caso do artigo 5º, IX:

Artigo 5º, IX, CF. É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

O direito é o de liberdade de expressão e a garantia é a vedação de censura ou exigência de licença. Em outros casos, o legislador traz o direito num dispositivo e a garantia em outro: a liberdade de locomoção, direito, é colocada no artigo 5º, XV, ao passo que o dever de relaxamento da prisão ilegal de ofício pelo juiz, garantia, se encontra no artigo 5º, LXV¹.

Em caso de ineficácia da garantia, implicando em violação de direito, cabe a utilização dos remédios constitucionais.

Atenção para o fato de o constituinte chamar os remédios constitucionais de garantias, e todas as suas fórmulas de direitos e garantias propriamente ditas apenas de direitos.

1.2) Brasileiros e estrangeiros

O *caput* do artigo 5º aparenta restringir a proteção conferida pelo dispositivo a algumas pessoas, notadamente, “aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País”. No entanto, tal restrição é apenas aparente e tem sido interpretada no sentido de que os direitos estarão protegidos com relação a todas as pessoas nos limites da soberania do país.

¹ FARIA, Cássio Juvenal. Notas pessoais tomadas em teleconferência.

Em razão disso, por exemplo, um estrangeiro pode ingressar com *habeas corpus* ou mandado de segurança, ou então intentar ação reivindicatória com relação a imóvel seu localizado no Brasil (ainda que não resida no país).

Somente alguns direitos não são estendidos a todas as pessoas. A exemplo, o direito de intentar ação popular exige a condição de cidadão, que só é possuída por nacionais titulares de direitos políticos.

1.3) Relação direitos-deveres

O capítulo em estudo é denominado “direitos e garantias deveres e coletivos”, remetendo à necessária relação direitos-deveres entre os titulares dos direitos fundamentais. Acima de tudo, o que se deve ter em vista é a premissa reconhecida nos direitos fundamentais de que não há direito que seja absoluto, correspondendo-se para cada direito um dever. Logo, o exercício de direitos fundamentais é limitado pelo igual direito de mesmo exercício por parte de outrem, não sendo nunca absolutos, mas sempre relativos.

Explica Canotilho² quanto aos direitos fundamentais: “a ideia de deveres fundamentais é suscetível de ser entendida como o ‘outro lado’ dos direitos fundamentais. Como ao titular de um direito fundamental corresponde um dever por parte de um outro titular, poder-se-ia dizer que o particular está vinculado aos direitos fundamentais como destinatário de um dever fundamental. Neste sentido, um direito fundamental, enquanto protegido, pressuporia um dever correspondente”. Com efeito, a um direito fundamental conferido à pessoa corresponde o dever de respeito ao arcabouço de direitos conferidos às outras pessoas.

1.4) Direitos e garantias em espécie

Preconiza o artigo 5º da Constituição Federal em seu caput:

Artigo 5º, caput, CF. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...].

O *caput* do artigo 5º, que pode ser considerado um dos principais (senão o principal) artigos da Constituição Federal, consagra o princípio da igualdade e delimita as cinco esferas de direitos individuais e coletivos que merecem proteção, isto é, vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade. Os incisos deste artigos delimitam vários direitos e garantias que se enquadram em alguma destas esferas de proteção, podendo se falar em duas esferas específicas que ganham também destaque no texto constitucional, quais sejam, direitos de acesso à justiça e direitos constitucionais-penais.

- Direito à igualdade Abrangência

Observa-se, pelo teor do *caput* do artigo 5º, CF, que o constituinte afirmou por duas vezes o princípio da igualdade:

Artigo 5º, caput, CF. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...].

Não obstante, reforça este princípio em seu primeiro inciso:

Artigo 5º, I, CF. Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

Este inciso é especificamente voltado à necessidade de igualdade de gênero, afirmando que não deve haver nenhuma distinção sexo feminino e o masculino, de modo que o homem e a mulher possuem os mesmos direitos e obrigações.

Entretanto, o princípio da isonomia abrange muito mais do que a igualdade de gêneros, envolve uma perspectiva mais ampla.

O direito à igualdade é um dos direitos norteadores de interpretação de qualquer sistema jurídico. O primeiro enfoque que foi dado a este direito foi o de direito civil, enquadrando-o na primeira dimensão, no sentido de que a todas as pessoas deveriam ser garantidos os mesmos direitos e deveres. Trata-se de um aspecto relacionado à igualdade enquanto liberdade, tirando o homem do arbítrio dos demais por meio da equiparação. Basicamente, estaria se falando na **igualdade perante a lei**.

No entanto, com o passar dos tempos, se percebeu que não bastava igualar todos os homens em direitos e deveres para torná-los iguais, pois nem todos possuem as mesmas condições de exercer estes direitos e deveres. Logo, não é suficiente garantir um direito à **igualdade formal**, mas é preciso buscar progressivamente a **igualdade material**. No sentido de igualdade material que aparece o direito à igualdade num segundo momento, pretendendo-se do Estado, tanto no momento de legislar quanto no de aplicar e executar a lei, uma postura de promoção de políticas governamentais voltadas a grupos vulneráveis.

Assim, o direito à igualdade possui dois sentidos notáveis: o de igualdade perante a lei, referindo-se à aplicação uniforme da lei a todas as pessoas que vivem em sociedade; e o de igualdade material, correspondendo à necessidade de discriminações positivas com relação a grupos vulneráveis da sociedade, em contraponto à igualdade formal.

Ações afirmativas

Neste sentido, desponta a temática das ações afirmativas, que são políticas públicas ou programas privados criados temporariamente e desenvolvidos com a finalidade de reduzir as desigualdades decorrentes de discriminações ou de uma hipossuficiência econômica ou física, por meio da concessão de algum tipo de vantagem compensatória de tais condições.

Quem é **contra** as ações afirmativas argumenta que, em uma sociedade pluralista, a condição de membro de um grupo específico não pode ser usada como critério de inclusão ou exclusão de benefícios. Ademais, afirma-se que elas desprivilegiam o critério republicano do mérito (segundo o

2 CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 1998, p. 479.

qual o indivíduo deve alcançar determinado cargo público pela sua capacidade e esforço, e não por pertencer a determinada categoria); fomentariam o racismo e o ódio; bem como ferem o princípio da isonomia por causar uma discriminação reversa.

Por outro lado, quem é **favorável** às ações afirmativas defende que elas representam o ideal de justiça compensatória (o objetivo é compensar injustiças passadas, dívidas históricas, como uma compensação aos negros por tê-los feito escravos, *p. ex.*); representam o ideal de justiça distributiva (a preocupação, aqui, é com o presente. Busca-se uma concretização do princípio da igualdade material); bem como promovem a diversidade.

Neste sentido, as discriminações legais asseguram a verdadeira igualdade, por exemplo, com as ações afirmativas, a proteção especial ao trabalho da mulher e do menor, as garantias aos portadores de deficiência, entre outras medidas que atribuam a pessoas com diferentes condições, iguais possibilidades, protegendo e respeitando suas diferenças³. Tem predominado em doutrina e jurisprudência, inclusive no Supremo Tribunal Federal, que as ações afirmativas são válidas.

- Direito à vida Abrangência

O *caput* do artigo 5º da Constituição assegura a proteção do direito à vida. A vida humana é o centro gravitacional em torno do qual orbitam todos os direitos da pessoa humana, possuindo reflexos jurídicos, políticos, econômicos, morais e religiosos. Daí existir uma dificuldade em conceituar o vocábulo *vida*. Logo, tudo aquilo que uma pessoa possui deixa de ter valor ou sentido se ela perde a vida. Sendo assim, a vida é o bem principal de qualquer pessoa, é o primeiro valor moral inerente a todos os seres humanos⁴.

No tópico do direito à vida tem-se tanto o **direito de nascer/permanecer vivo**, o que envolve questões como pena de morte, eutanásia, pesquisas com células-tronco e aborto; quanto o **direito de viver com dignidade**, o que engloba o respeito à integridade física, psíquica e moral, incluindo neste aspecto a vedação da tortura, bem como a garantia de recursos que permitam viver a vida com dignidade.

Embora o direito à vida seja em si pouco delimitado nos incisos que seguem o *caput* do artigo 5º, trata-se de um dos direitos mais discutidos em termos jurisprudenciais e sociológicos. É no direito à vida que se encaixam polêmicas discussões como: aborto de anencéfalo, pesquisa com células tronco, pena de morte, eutanásia, etc.

Vedação à tortura

De forma expressa no texto constitucional destaca-se a vedação da tortura, corolário do direito à vida, conforme previsão no inciso III do artigo 5º:

3 SANFELICE, Patrícia de Mello. Comentários aos artigos I e II. In: BALERA, Wagner (Coord.). **Comentários à Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Brasília: Fortium, 2008, p. 08.

4 BARRETO, Ana Carolina Rossi; IBRAHIM, Fábio Zambitte. Comentários aos Artigos III e IV. In: BALERA, Wagner (Coord.). **Comentários à Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Brasília: Fortium, 2008, p. 15.

Artigo 5º, III, CF. Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

A tortura é um dos piores meios de tratamento desumano, expressamente vedada em âmbito internacional, como visto no tópico anterior. No Brasil, além da disciplina constitucional, a Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997 define os crimes de tortura e dá outras providências, destacando-se o artigo 1º:

Art. 1º Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

§ 2º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

§ 3º Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.

§ 4º Aumenta-se a pena de um sexto até um terço:

I - se o crime é cometido por agente público;

II - se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos;

III - se o crime é cometido mediante sequestro.

§ 5º A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

§ 6º O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

§ 7º O condenado por crime previsto nesta Lei, salvo a hipótese do § 2º, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

- Direito à liberdade

O *caput* do artigo 5º da Constituição assegura a proteção do direito à liberdade, delimitada em alguns incisos que o seguem.

Liberdade e legalidade

Prevê o artigo 5º, II, CF:

Artigo 5º, II, CF. Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

O princípio da legalidade se encontra delimitado neste inciso, prevendo que nenhuma pessoa será obrigada a fazer ou deixar de fazer alguma coisa a não ser que a lei assim determine. Assim, salvo situações previstas em lei, a pessoa tem liberdade para agir como considerar conveniente.

Portanto, o princípio da legalidade possui estrita relação com o princípio da liberdade, posto que, *a priori*, tudo à pessoa é lícito. Somente é vedado o que a lei expressamente estabelecer como proibido. A pessoa pode fazer tudo o que quiser, como regra, ou seja, agir de qualquer maneira que a lei não proíba.

Liberdade de pensamento e de expressão

O artigo 5º, IV, CF prevê:

*Artigo 5º, IV, CF. É livre a **manifestação do pensamento**, sendo vedado o anonimato.*

Consolida-se a afirmação simultânea da liberdade de pensamento e da liberdade de expressão.

Em primeiro plano tem-se a liberdade de pensamento. Afinal, "o ser humano, através dos processos internos de reflexão, formula juízos de valor. Estes exteriorizam nada mais do que a opinião de seu emitente. Assim, a regra constitucional, ao consagrar a livre manifestação do pensamento, imprime a existência jurídica ao chamado direito de opinião"⁵. Em outras palavras, primeiro existe o direito de ter uma opinião, depois o de expressá-la.

No mais, surge como corolário do direito à liberdade de pensamento e de expressão o direito à escusa por convicção filosófica ou política:

*Artigo 5º, VIII, CF. Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de **convicção filosófica ou política**, salvo se as invocar para eximir-se de **obrigação legal** a todos imposta e recusar-se a cumprir **prestação alternativa**, fixada em lei.*

Trata-se de instrumento para a consecução do direito assegurado na Constituição Federal – não basta permitir que se pense diferente, é preciso respeitar tal posicionamento.

Com efeito, este direito de liberdade de expressão é limitado. Um destes limites é o anonimato, que consiste na garantia de atribuir a cada manifestação uma autoria certa e determinada, permitindo eventuais responsabilizações por manifestações que contrariem a lei.

Tem-se, ainda, a seguinte previsão no artigo 5º, IX, CF:

*Artigo 5º, IX, CF. É livre a **expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença**.*

Consolida-se outra perspectiva da liberdade de expressão, referente de forma específica a atividades intelectuais, artísticas, científicas e de comunicação. Dispensa-se, com relação a estas, a exigência de licença para a manifestação do pensamento, bem como veda-se a censura prévia.

A respeito da censura prévia, tem-se não cabe impedir a divulgação e o acesso a informações como modo de controle do poder. A censura somente é cabível quando necessária ao interesse público numa ordem democrática, por exemplo, censurar a publicação de um conteúdo de exploração sexual infanto-juvenil é adequado.

5 ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. **Curso de direito constitucional**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

O direito à resposta (artigo 5º, V, CF) e o direito à indenização (artigo 5º, X, CF) funcionam como a contrapartida para aquele que teve algum direito seu violado (notadamente inerentes à privacidade ou à personalidade) em decorrência dos excessos no exercício da liberdade de expressão.

Liberdade de crença/religiosa

Dispõe o artigo 5º, VI, CF:

*Artigo 5º, VI, CF. É inviolável a **liberdade de consciência e de crença**, sendo assegurado o **livre exercício dos cultos religiosos** e garantida, na forma da lei, a **proteção aos locais de culto e a suas liturgias**.*

Cada pessoa tem liberdade para professar a sua fé como bem entender dentro dos limites da lei. Não há uma crença ou religião que seja proibida, garantindo-se que a profissão desta fé possa se realizar em locais próprios.

Nota-se que a liberdade de religião engloba 3 tipos distintos, porém intrinsecamente relacionados de liberdades: a liberdade de crença; a liberdade de culto; e a liberdade de organização religiosa.

Consoante o magistério de José Afonso da Silva⁶, entra na liberdade de crença a liberdade de escolha da religião, a liberdade de aderir a qualquer seita religiosa, a liberdade (ou o direito) de mudar de religião, além da liberdade de não aderir a religião alguma, assim como a liberdade de descrença, a liberdade de ser ateu e de exprimir o agnosticismo, apenas excluída a liberdade de embarçar o livre exercício de qualquer religião, de qualquer crença. A liberdade de culto consiste na liberdade de orar e de praticar os atos próprios das manifestações exteriores em casa ou em público, bem como a de recebimento de contribuições para tanto. Por fim, a liberdade de organização religiosa refere-se à possibilidade de estabelecimento e organização de igrejas e suas relações com o Estado.

Como decorrência do direito à liberdade religiosa, assegurando o seu exercício, destaca-se o artigo 5º, VII, CF:

*Artigo 5º, VII, CF. É assegurada, nos termos da lei, a prestação de **assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva**.*

O dispositivo refere-se não só aos estabelecimentos prisionais civis e militares, mas também a hospitais.

Ainda, surge como corolário do direito à liberdade religiosa o direito à escusa por convicção religiosa:

*Artigo 5º, VIII, CF. Ninguém será privado de direitos por motivo de **crença religiosa** ou de **convicção filosófica ou política**, salvo se as invocar para eximir-se de **obrigação legal** a todos imposta e recusar-se a cumprir **prestação alternativa**, fixada em lei.*

Sempre que a lei impõe uma obrigação a todos, por exemplo, a todos os homens maiores de 18 anos o alistamento militar, não cabe se escusar, a não ser que tenha fundado motivo em crença religiosa ou convicção filosófica/política, caso em que será obrigado a cumprir uma prestação alternativa, isto é, uma outra atividade que não contrarie tais preceitos.

6 SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.